



# RELATÓRIO DA CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# 2018



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2018



# **RELATÓRIO ANUAL**

## Gerência de 2018



**XIII LEGISLATURA**  
**1 de janeiro a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

José Manuel de Matos Correia

Jorge Lacão Costa

José Manuel Marques da Silva Pureza

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Moisés Salvador Coelho Ferreira

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro

Vice-Secretários da Mesa

Emília de Fátima Moreira dos Santos

Pedro Filipe dos Santos Alves

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Sandra Maria Pereira Pontedeira



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

XIII LEGISLATURA

1 de janeiro a 31 de dezembro

**Conselho de Administração**

Pedro Augusto Cunha Pinto  
Presidente

Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Representante do GP do PS

José Paulino Carvalho Ascensão  
(de 1 de janeiro a 15 de abril)

Maria Manuel de Almeida Rola  
(de 16 de abril a 31 de dezembro)  
Representantes do GP do BE

João Guilherme Nobre Prata Fragoso  
Rebello  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares



## Glossário

<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANPGB</b>	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
<b>ANRA</b>	Assembleia Nacional da República de Angola
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP-CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>AP-UpM</b>	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
<b>APOSCE</b>	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFSI</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Proteção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DAR</b>	Diário da Assembleia da República
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DR</b>	Diário da República
<b>EFP</b>	Estatuto dos Funcionários Parlamentares
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte



<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>PAR</b>	Presidente da Assembleia da República
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PDR</b>	Partido Democrático Republicano
<b>PEAR</b>	Plataforma Eletrónica da Assembleia da República
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor-Leste
<b>POC-AR</b>	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>SNC-AP</b>	Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública
<b>UIP</b>	União Interparlamentar
<b>UTAO</b>	Unidade Técnica de Apoio Orçamental



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>12</b>
1.1 OAR 2018	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2018	16
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>20</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	23
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	25
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	26
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	27
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	28
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	29
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>30</b>
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	31
3.2 FORMAÇÃO	33
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	33
3.4 FUNCIONAMENTO	35
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>38</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>39</b>
5.1 BILATERAL	39
5.2 MULTILATERAL	40
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>40</b>
<b>7. INVESTIMENTOS</b>	<b>44</b>
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2018	44
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2019	46
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>47</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	47
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	49
<b>9. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>50</b>
9.1 DAS DESPESAS	50
9.2 DAS RECEITAS	53
<b>10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>56</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>63</b>



<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2018	<b>15</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>16</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>17</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>17</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>19</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>22</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>23</b>
<b>QUADRO 8</b>	EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES	<b>27</b>
<b>QUADRO 9</b>	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PARLAMENTO DOS JOVENS	<b>29</b>
<b>QUADRO 10</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<b>30</b>
<b>QUADRO 11</b>	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>31</b>
<b>QUADRO 12</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>31</b>
<b>QUADRO 13</b>	ATIVIDADE EDITORIAL 2018	<b>39</b>
<b>QUADRO 14</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>45</b>
<b>QUADRO 15</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>46</b>
<b>QUADRO 16</b>	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2019	<b>47</b>
<b>QUADRO 17</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>48</b>
<b>QUADRO 18</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>49</b>
<b>QUADRO 19</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>51</b>
<b>QUADRO 20</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2019 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>52</b>
<b>QUADRO 21</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>53</b>
<b>QUADRO 22</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2018	<b>54</b>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2015 A 2018	<b>18</b>
<b>GRÁFICO 2</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2018	<b>19</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2018	<b>20</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO	<b>24</b>
<b>GRÁFICO 5</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>26</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	<b>28</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES NO PORTAL DO PARLAMENTO	<b>34</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 10</b>	DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	EVOLUÇÃO DO N.º DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA	<b>38</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL 2015-2018	<b>40</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2015-2018	<b>54</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	<b>57</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elaborou o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gestão de 2018, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que, ao longo do ano de 2018 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 4 de outubro de 2017, as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2018, do remanescente das subvenções públicas para a campanha das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 2017, realizadas a 1 de outubro.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **142.426.853,51€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais”**, com um nível global de execução de **76%**, da qual:

- **90.497.540,37€ - Despesa total – atividade da AR**, com execução de **72,7%**, da qual:
  - **80.381.017,37 €** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **78,2%**;
  - **10.116.523,00 €** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **29,0%**;
- **11.211.560,00€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **93,4%**;
- **14.373.339,00 € - “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **26.344.414,14€ – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **66,6%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (72,7%), deve-se, não só às cativações aplicáveis bem como à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República. Ressalva-se que, **deduzindo a cativação aplicável** (cujo valor final foi de 1.435.500€, dado que, dos 8.199.642€ iniciais foi autorizada a descativação de 6.764.142€) **e a dotação provisional não utilizada** (14.440.147,03€ – corrente e capital – inscritos para eventuais necessidades não previstas), a **taxa de execução seria de 88,2%**.

Importa realçar que no ano de 2018 houve valorizações remuneratórias faseadas decorrentes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório (25% em janeiro e 50% em setembro), conforme alínea a) do n.º 8 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Orçamento de Estado para 2018, e reversão progressiva da redução remuneratória de 5% (25% no mês de janeiro e



25% no mês de setembro) aplicada ao pessoal dos Gabinetes, conforme o n.º 1 do artigo 147.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, permanecendo a redução de 5% aplicada às remunerações dos titulares de cargos políticos/Deputados.

Nos termos da Resolução da AR n.º 74/2018, aprovada pelo Plenário em 2 de março e publicada a 20 de março 2018, com entrada em vigor 45 dias após a data de publicação, procedeu-se no ano de 2018 a uma reestruturação dos Serviços da AR e das respetivas competências, muito embora em termos orçamentais se tenha mantido até 31 de dezembro, desse ano, a estrutura de contabilidade analítica ao nível dos serviços (na subatividade não pressupõe alteração) para qual o OAR havia sido aprovado.

Ao nível da “**Atividade Parlamentar**”, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2018:

- A **instalação das entidades externas** no imóvel localizado na Av. D. Carlos I nº 134 determinou a adaptação e criação de novos espaços de acordo com as necessidades das Entidades Externas. Assim, neste domínio foram realizadas as seguintes empreitadas: criação de espaços de arquivo no piso -2 destinado às Entidades CNPD e CADA, beneficiação de pinturas em vários pisos e instalação de iluminação.
- No âmbito de **obras de melhoria/conservação**, visando a criação, a recuperação e manutenção de espaços, concluíram-se as seguintes empreitadas: execução de duas salas de reuniões no piso da Sobre Loja do Palácio; requalificação do espaço da cave sita junto ao Jardim das Oliveiras; instalação dos serviços de comunicação e apoio ao Canal Parlamento; e requalificação do pavimento do Parque de Estacionamento Subterrâneo.
- Prosseguiu-se a renovação e modernização **dos Gabinetes, SAR e Grupos Parlamentares** através da aquisição de equipamento de escritório, de acordo com as necessidades sentidas e rentabilização do espaço.
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação** e no âmbito do reforço da segurança informática, em 2018 foi adquirido um sistema de prevenção de *vírus*, *malware* e *ransomware* destinado a proteger a informação existente em postos de trabalho e servidores. Deu-se seguimento à contratação de um site destinado a alojar a infraestrutura informática da AR, para a implementação do *Disaster Recovery*. No âmbito da promoção da melhoria das soluções



tecnológicas, realça-se a substituição do link de fibra ótica existente entre o Palácio e o Edifício Novo e a recolocação e reforço de antenas *wifi* no Edifício Novo. Tal como previsto, e por razões de obsolescência e fim de suporte técnico do fabricante, procedeu-se à renovação do núcleo de rede e de *datacenter*. Operou-se simultaneamente uma modificação profunda na arquitetura da principal Sala Técnica da AR, com a introdução de equipamentos específicos para ligação de servidores em sala técnica, melhorando o seu desempenho.

Por outro lado, a Assembleia da República manteve, em 2018, a sua **atividade cultural e editorial** própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento, como as exposições itinerantes “Morte à Morte – 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal” e “Portugal e a Grande Guerra”.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2018

Em 20 de setembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2018, apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 4 de outubro de 2017, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 237/2017, de 19 de outubro de 2017.

No OAR2018 inicial aprovado, os montantes inscritos para **as despesas correntes e de capital da atividade da AR** ascenderam, respetivamente, a 74.237.654€ e 5.616.523€, num total de 79.854.177€, traduzindo, globalmente, **uma diminuição de 14,7% relativamente ao OAR2017 corrigido** sem cativações.

Por outro lado, o montante total de “**Transferências para as Entidades**” e de “**Subvenções Políticas**” foi de 25.055.713€, apresentando um **decréscimo de 64,3% face ao OAR2017 corrigido**, decorrente da inexistência de eleições no calendário eleitoral do ano de 2018. Estão aqui incluídas, **as subvenções aos Partidos Políticos** (14.276.153€), e as **transferências para as Entidades** que funcionam junto da Assembleia da República (10.779.560€) – conforme Quadro1.

**O 1º Orçamento Suplementar de 2018**, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 19 de janeiro de 2018, sob proposta do Conselho de Administração, de 11 de janeiro, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 28/2018, de 31 de janeiro, e decorreu da necessidade de integrar **o saldo de gerência relativo à subvenção pública** para a campanha das eleições gerais para os órgãos **das autarquias locais de 2017**, no



montante de **19.551.461€**, apurado a 31 de dezembro de 2017 de forma a dar continuidade ao processo de pagamento das subvenções, nos prazos previstos nos n.ºs 7 e 8 do artigo 17.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, na sua redação atual.

**O 2º Orçamento Suplementar de 2018**, foi aprovado pelo Plenário em 4 de maio de 2018, sob proposta do Conselho de Administração, de 19 de abril, dado origem à Resolução da Assembleia da República n.º 130/2018, de 21 de maio, a qual resultou da necessidade de: i) **integrar o diferencial entre o saldo de gerência** inscrito no orçamento inicial da Assembleia da República para o ano 2018 e o apurado à data de 31 de dezembro de 2017 (11.172.549,37€ dos quais 11.075.363,37€ são integrados no orçamento da Assembleia da República e 97.186€ em subvenções estatais); ii) Inscrição no orçamento de **subvenções estatais** da rubrica de reposições não abatidas para registo, em 2018, das reposições inerentes a campanhas eleitorais autárquicas ocorridas em anos anteriores, no valor de 10.297,28€; iii) Integração do **saldo de gerência**, à data de 31 de dezembro de 2017, da **subvenção** para a campanha das eleições gerais para os **órgãos das autarquias locais de 2013**, no valor de **6.782.655,83€** (à data, aguardava-se o Acórdão relativamente à reclamação apresentada pelo PS para devolução deste saldo).

Para além dos orçamentos suplementares referidos, efetuaram-se **sete alterações orçamentais verticais**, que obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 22 de março, 19 de abril, 24 de maio, 18 de julho, 20 de setembro, 8 de novembro e 5 de dezembro;

- A primeira destinou-se a proceder ao reforço de 504.000€ por conta da dotação provisional para fazer face ao pagamento urgente de despesa transitada de 2017;

- A segunda visou o ajustamento de rubricas de despesa cuja taxa de execução se encontrava acima do valor esperado para o período; à necessidade de efetuar pagamentos no âmbito da Comissão Técnica Independente – Incêndios, a qual não se encontrava prevista no orçamento inicial de 2018; e a proceder ao reforço das dotações de algumas rubricas face às cativações e aos encargos transitados de 2017;

- A terceira teve em vista dotar rubricas de despesa, para fazer face a encargos não previstos no OAR2018 inicial, por contrapartida da dotação provisional, nomeadamente com a Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030", com a criação do prémio António Barbosa de Melo, e o reforço do orçamento da CNPD para pagamento de encargos com pessoal;

- A quarta ficou a dever-se à necessidade de reforçar dotações inscritas em diversas rubricas de despesa corrente e de capital, não só devido ao montante de cativações que permaneciam



naquela data (1.435.500€) como, também, devido ao montante de encargos transitados de 2017 (2.378.247,84€), que por força da transição automática dos processos autorizados e comprometidos em 2017, oneram diretamente a execução do OAR2018;

- A quinta alteração destinou-se a assegurar dotações orçamentais necessárias ao normal funcionamento (apoio administrativo, logístico e financeiro) do “Observatório Técnico Independente” e da “Comissão Independente para a Descentralização”, entidades criadas em agosto de 2018 e, ainda, proceder ao ajustamento de algumas rubricas de despesa, como são exemplo as dotações para garantir o normal funcionamento das Comissões Parlamentares e o ajustamento das verbas inscritas em subvenções de assessoria e outras despesas de funcionamento, face à não atualização do respetivo valor prevista no artigo 222.º da Lei do OE2018;

- A sexta alteração orçamental visou assegurar os reforços necessários ao funcionamento do “Observatório Técnico Independente” que havia sido criado na alteração orçamental anterior e proceder a um conjunto de ajustamentos em diversas Comissões Parlamentares e subatividades;

- A sétima e última alteração visou assegurar as alterações necessárias ao pagamento, no mês de Dezembro, das remunerações e encargos com o pessoal que presta apoio aos Gabinetes dos Grupos Parlamentares, como ainda reforçar a rubrica “Subvenção estatal para campanhas eleitorais-Devolução DGT” em 6.000.000,00€, a fim de permitir a entrega ao Tesouro, até ao final de 2018, de parte do saldo respeitante à subvenção estatal para a campanha das eleições autárquicas de 2013.

Da execução do OAR2018 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2018 e a transitar para o ano de 2019, no valor de 34.377.848,95€**, dos quais **8.792.658,38€** correspondem ao **saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais**, configurando o remanescente **25.585.190,57€ o saldo da AR**, do qual 15.000.000€ foram já integrados em sede de OAR2019 inicial.

As alterações aprovadas quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1:

**Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2018**

Unidade: Euro

Atividades	OAR2017 corrigido	OAR2018 inicial	OAR2018 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>79.572.631,07</b>	<b>73.017.087,00</b>	<b>78.691.921,51</b>	<b>-8,2%</b>	<b>-1,1%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.354.055,68	35.746.737,00	36.147.714,41	-1,7%	-0,6%
ATIVIDADES DE APOIO	31.392.376,04	30.294.681,00	31.775.730,40	-3,5%	1,2%
ATIVIDADE EDITORIAL	578.906,00	432.530,00	513.843,70	-25,3%	-11,2%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	377.866,00	306.310,00	324.674,00	-18,9%	-14,1%
OUTRAS ATIVIDADES *	10.632.679,35	6.000.000,00	9.693.130,00	-43,6%	-8,8%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	198.481,00	198.562,00	198.562,00	0,0%	0,0%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	38.267,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>12.629.572,00</b>	<b>5.589.523,00</b>	<b>10.091.808,00</b>	<b>-55,7%</b>	<b>-20,1%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	7.391.939,00	4.071.523,00	5.326.790,97	-44,9%	-27,9%
OUTRAS ATIVIDADES *	5.219.633,00	1.500.000,00	4.747.017,03	-71,3%	-9,1%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>92.202.203,07</b>	<b>78.606.610,00</b>	<b>88.783.729,51</b>	<b>-14,7%</b>	<b>-3,7%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)</b>	<b>1.428.388,52</b>	<b>1.247.567,00</b>	<b>1.713.810,86</b>	<b>-12,7%</b>	<b>20,0%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES	195.819,34	198.600,00	203.586,00	1,4%	4,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	251.571,00	275.050,00	287.367,12	9,3%	14,2%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	5.844,00	10.000,00	8.294,00	71,1%	41,9%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA	245.569,72	237.904,00	235.771,00	-3,1%	-4,0%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM. CRIMINAL	182.759,25	185.297,00	179.907,28	1,4%	-1,6%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	116.785,00	119.616,00	120.094,35	2,4%	2,8%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (coo)	205.412,52	204.100,00	195.508,00	-0,6%	-4,8%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)	32.734,00	16.000,00	15.421,00	-51,1%	-52,9%
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS	190.893,69	0,00	154.051,93	-100,0%	-19,3%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	0,00	0,00	153.486,18	n.a	n.a
COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO	0,00	0,00	159.324,00	n.a	n.a
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>93.630.591,59</b>	<b>79.854.177,00</b>	<b>90.497.540,37</b>	<b>-14,7%</b>	<b>-3,3%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS***</b>	<b>10.601.575,00</b>	<b>10.779.560,00</b>	<b>11.211.560,00</b>	<b>1,7%</b>	<b>5,8%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>14.276.153,00</b>	<b>14.276.153,00</b>	<b>14.373.339,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,7%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>45.347.108,98</b>	<b>0,00</b>	<b>26.344.414,14</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-41,9%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>163.855.428,57</b>	<b>104.909.890,00</b>	<b>142.426.853,51</b>	<b>-36,0%</b>	<b>-13,1%</b>

\* Dotação Provisional

\*\* Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

\*\*\* As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida).

Da análise do Quadro 1, ressalta que, em valores globais, o OAR2018 corrigido, face ao OAR2017, apresenta um **decréscimo de 13,1% da despesa global**, comportamento essencialmente determinado pela inexistência de eleições no calendário eleitoral do ano de 2018.



Se excluirmos as verbas que são afetadas às Entidades Autónomas, às Subvenções aos Partidos Políticos e às Campanhas Eleitorais, o **decréscimo é de 3,3%** para o qual concorre a redução no “Investimento” de 27,9%.

Em “**Despesas Correntes**”, o **decréscimo de 1,1%** decorre da variação verificada em “Outras Atividades” (8,8% - redução da dotação provisional), “Atividades Parlamentares” (0,6%), sendo que os decréscimos verificados na “Atividade Editorial” (11,2%) e na “Cooperação Parlamentar” (14,1%) não são materialmente relevantes.

**No que se refere às “Despesas de Capital”, o Quadro 1 evidencia, ainda, um decréscimo de 20,1%** face ao valor do orçamento corrigido de 2017, determinado unicamente pela diminuição na subatividade “Investimento”, que apresenta um decréscimo de 27,9%, que resulta do facto de em 2017 a AR ter adquirido o edifício para instalação das entidades autónomas.

## 1.2 Execução Orçamental

**Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2018 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	80.381.017,37	62.846.773,92	78,2%
DESPESAS DE CAPITAL	10.116.523,00	2.936.853,10	29,0%
<b>TOTAL AR</b>	<b>90.497.540,37</b>	<b>65.783.627,02</b>	<b>72,7%</b>
ENTIDADES AUTÓNOMAS	11.211.560,00	10.469.123,43	93,4%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.373.339,00	14.373.336,84	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	26.344.414,14	17.551.755,76	66,6%
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>142.426.853,51</b>	<b>108.177.843,05</b>	<b>76,0%</b>

Em 2018, os encargos assumidos atingiram o montante de 108.177.843,05€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental de 76%**, registando-se uma diferença de 34.249.010,46€ entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, essencialmente, pela não execução na íntegra da despesa orçamentada para a subvenção pública para as campanhas das eleições autárquicas (2017 e 2013) que apresentam um grau de execução de 66,6%, e ainda pelo montante subsistente de cativações aplicáveis (1.435.500,00€) e pelas verbas inscritas em dotação provisional corrente e de capital (14.440.147,03€).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **72,7%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2018, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as “Entidades**

**Autónomas”** (apenas considera os custos dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as “Subvenções públicas para os Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais”.**

**Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2018 corrigido sem Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	80 381 017,37	62 846 773,92	78,2%
DESPESAS DE CAPITAL	10 116 523,00	2 936 853,10	29,0%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>90 497 540,37</b>	<b>65 783 627,02</b>	<b>72,7%</b>

O nível de execução orçamental foi, assim, de **78,2%** em **“Despesas Correntes”** e de **29%** em **“Despesas de Capital”**, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

**Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES**

Unidade: Euro

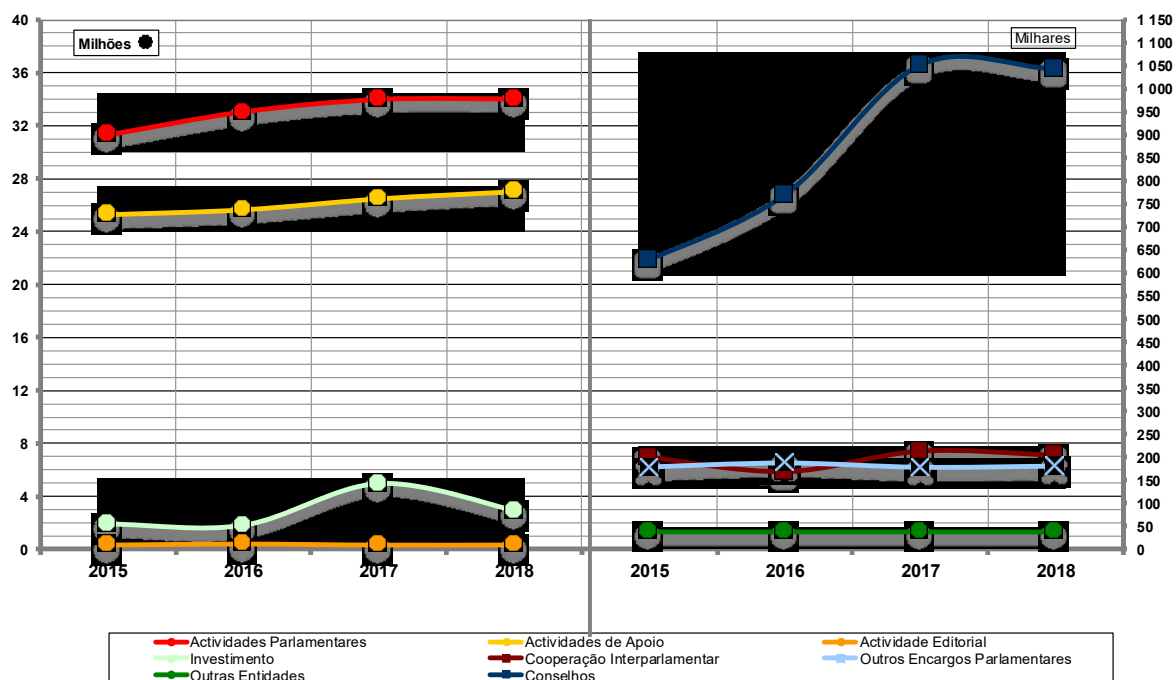
Atividades	OAR2018 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.147.714,41	33.988.495,78	94,0%	51,7%
ATIVIDADES DE APOIO	31.775.730,40	27.039.322,71	85,1%	41,1%
ATIVIDADE EDITORIAL	513.843,70	371.547,94	72,3%	0,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	324.674,00	190.490,38	58,7%	0,3%
OUTRAS ATIVIDADES*	9.693.130,00	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	198.562,00	180.719,90	91,0%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	203.586,00	188.471,89	92,6%	0,3%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	287.367,12	229.837,96	80,0%	0,3%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	100,0%	0,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	235.771,00	128.133,63	54,3%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	179.907,28	159.261,66	88,5%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	120.094,35	67.227,00	56,0%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	195.508,00	72.045,84	36,9%	0,1%
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS	154.051,93	154.016,69	100,0%	0,2%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	153.486,18	3.606,02	2,3%	0,0%
COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO	159.324,00	35.329,52	22,2%	0,1%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>80.381.017,37</b>	<b>62.846.773,92</b>	<b>78,2%</b>	<b>95,5%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	13.345,50	74,1%	0,0%
INVESTIMENTO	5.326.790,97	2.917.856,52	54,8%	4,4%
OUTRAS ATIVIDADES*	4.747.017,03	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	8.294,00	2.459,23	29,7%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	1.000,00	0,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	15.421,00	3.191,85	20,7%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>10.116.523,00</b>	<b>2.936.853,10</b>	<b>29,0%</b>	<b>4,5%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>90.497.540,37</b>	<b>65.783.627,02</b>	<b>72,7%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Dotação Provisional

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, e excluindo “Outras Entidades” (execução 100%), na qual se registam anualmente verbas fixas, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida pela “**Comissão Técnica Independente**” (100%), em **Outros Encargos Parlamentares**” (94,9%) e “**Atividades Parlamentares**” (94,0%), sendo esta última a mais relevante considerando-se que representa 51,7% do total do orçamento. Verifica-se ao nível das “**Atividades de Apoio**”, onde se registam as despesas com pessoal e de funcionamento, uma execução de 85,1%, que o peso na estrutura da despesa é de 41,1%.

No que respeita às “**Despesas de Capital**”, cuja taxa de execução foi de **29,0%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (4.747.017,03€), salienta-se que a subatividade “**Investimento**” apenas apresentou uma execução de 54,8%, com uma redução de 12,2% face à execução de 2017 (67%).

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2015 A 2018**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1. Refira-se que no ano de 2018 houve um aumento de encargos com pessoal, face ao descongelamento faseado das progressões nas carreiras.

A evolução de 2017 para 2018 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 5, revelando um decréscimo de -2,2%, onde se destaca a redução de -41,1% dos encargos assumidos em “**Investimento**”.

Ao nível das atividades dos Conselhos, salientam-se os encargos resultantes da criação do **Observatório Técnico Independente** e da **Comissão Independente para a Descentralização**, e o decréscimo verificado na atividade da **Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado** (-40,8%) e do **Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN** (-29,1%).

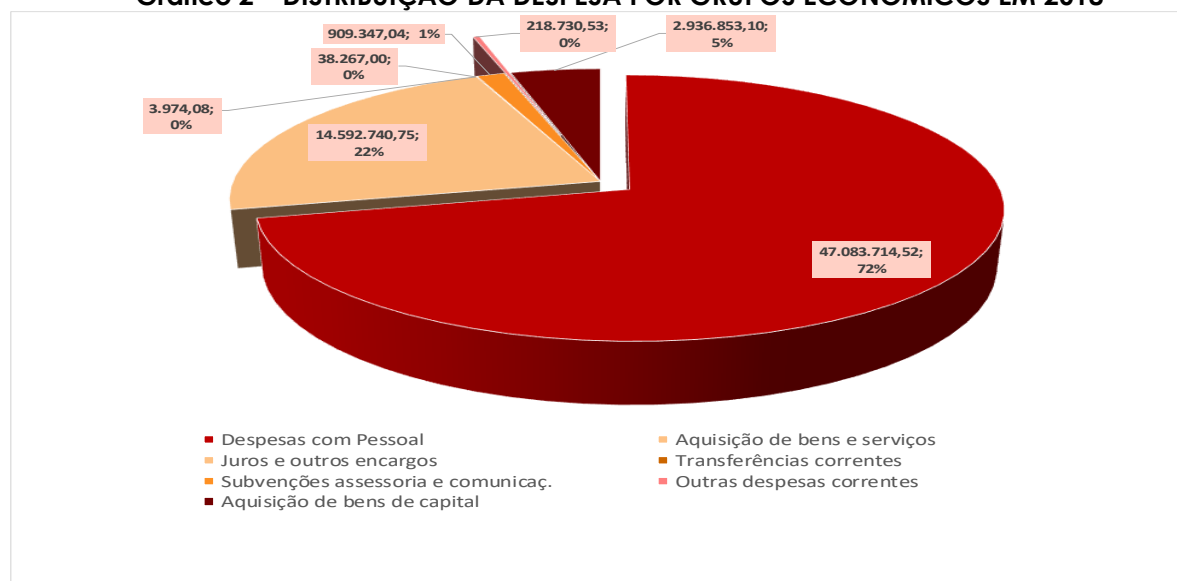
### Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2017	2018	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	33.965.254,34	33.988.495,78	0,1%
ATIVIDADES DE APOIO	26.493.722,44	27.039.322,71	2,1%
ATIVIDADE EDITORIAL	366.739,98	371.547,94	1,3%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	212.407,96	203.835,88	-4,0%
OUTRAS ACTIVIDADES	0,00	0,00	n.a
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	177.776,10	180.719,90	1,7%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	169.631,61	188.471,89	11,1%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	210.712,05	232.297,19	10,2%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	0,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	121.192,91	128.133,63	5,7%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	158.980,10	159.261,66	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	94.880,23	67.227,00	-29,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	127.016,22	75.237,69	-40,8%
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS	169.925,11	154.016,69	-9,4%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	0,00	3.606,02	n.a
COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO	0,00	35.329,52	n.a
INVESTIMENTO	4.953.607,20	2.917.856,52	-41,1%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>67.260.113,25</b>	<b>65.783.627,02</b>	<b>-2,20%</b>

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **72%** do total da despesa de 2018, seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**22%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**5%**).

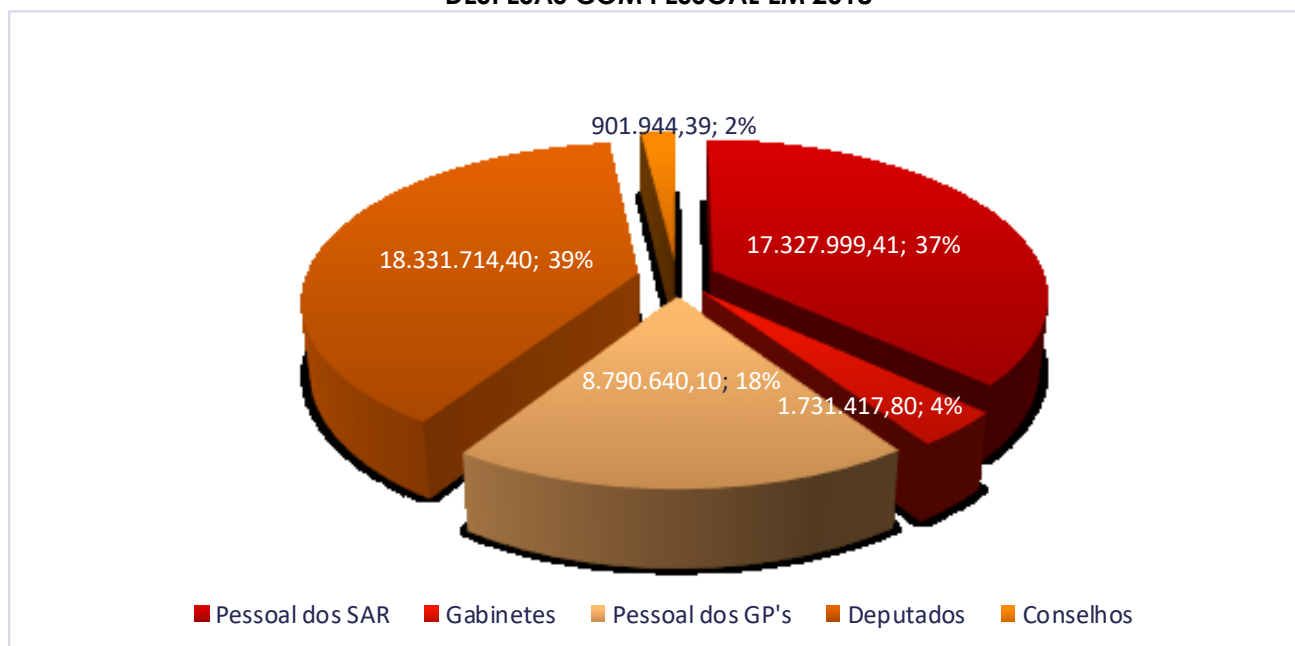
Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2018





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gráfico 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO  
DESPESAS COM PESSOAL EM 2018



O Gráfico 3 evidencia os encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além dos encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com o Gráfico 3, verifica-se uma distribuição na partição destes encargos ligeiramente superior para os “**Deputados**” (39%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (37%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 18%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, 4% e 2% em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117.º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Em 2018 tiveram lugar **110 reuniões plenárias, 1 reunião da Comissão Permanente e 26 Conferências de Líderes.**

As reuniões plenárias em causa levaram à publicação de **111 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo a 313 horas e 50 minutos de reuniões, num total de 5255 páginas editadas, o que representa um acréscimo em relação ao ano anterior. Foram publicados **286 Diários e 65 Suplementos relativos à II Série**, num total de 22 645 páginas editadas.

É de realçar que o tempo médio de disponibilização do Diário para leitura pública continuou a diminuir em 2018 – seguindo a tendência do ano anterior – passando de 16 para 13 dias. Esta redução de tempo na divulgação, efetuada sem sacrifício da qualidade final do produto, corresponde ao desiderato de transportar a informação aos cidadãos de forma mais imediata.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **65 Propostas de Lei, 338 Projetos de Lei, 22 Propostas de Resolução, 674 Projetos de Resolução, 6 Projetos de Deliberação, 49 Apreciações Parlamentares e 1 Inquérito Parlamentar.** Foram aprovadas, em 2018, **3 Leis Orgânicas, 71 Leis, 308 Resoluções, 5 Deliberações e 1 Projeto de Regimento.**

No ano de 2018 foram apresentadas pelos Deputados 3709 **perguntas**, tendo sido obtidas 2628 respostas.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 184 ao Governo, 1582 à Administração Local, 1 à Assembleia da República, 1 às Regiões Autónomas e 73 a Entidades Independentes, num total de 1841. Tendo sido recebidas ainda no mesmo ano, as seguintes respostas: 88 do Governo, 528 da Administração Local, 1 da Assembleia da República e 44 das Entidades Independentes, num total de 661.

Durante o ano de 2018 procedeu-se ainda à preparação, informação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos externos:

- em 09/02/2018 dois membros do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e um membro para o Conselho Superior de Segurança Interna; e
- em 24/05/2018 dois membros para o Conselho de Administração.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares” representam 51,7% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 94,0%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subatividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2018	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
Presidente da Assembleia da República	127 449,00	126 135,15	99,0%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	844 052,65	776 322,37	92,0%	2,3%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 210 800,00	1 131 384,63	93,4%	3,3%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	461 452,10	377 354,32	81,8%	1,1%
Conselho de Administração	77 000,00	75 512,84	98,1%	0,2%
Grupos Parlamentares	1 016 348,20	1 014 093,69	99,8%	3,0%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8 836 349,56	8 709 488,16	98,6%	25,6%
Comissões Parlamentares	836 312,00	603 360,21	72,1%	1,8%
Deputados	21 142 000,00	19 914 940,73	94,2%	58,6%
Cerimónias Comemorativas	46 378,90	26 395,11	56,9%	0,1%
Deslocações em Território Nacional	14 440,00	9 633,56	66,7%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	980 444,00	865 208,09	88,2%	2,5%
Grupos Parlamentares de Amizade	91 539,00	30 969,57	33,8%	0,1%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	356 935,58	233 937,74	65,5%	0,7%
Programa Parlamento Jovem	106 213,42	93 759,61	88,3%	0,3%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>36 147 714,41</b>	<b>33 988 495,78</b>	<b>94,0%</b>	<b>100,0%</b>

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das quinze subatividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,2% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” (**58,6%**), que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e eventuais subsídios de reintegração atribuídos em regime transitório;
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” (**25,6%**) onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. O referido *plafond* foi atualizado ao montante do IAS para 2018 (428,90€), resultando num aumento global de 123.417,56€, a que acresce o correlativo aumento dos encargos da entidade patronal (CGA e Segurança Social), suportados pela Assembleia da República, que não integram esse *plafond*.

**Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2017	2018	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	127 606,57	126 135,15	-1,2%
Gabinete de Apoio ao PAR	748 512,31	776 322,37	3,7%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 138 665,01	1 131 384,63	-0,6%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	405 774,83	377 354,32	-7,0%
Conselho de Administração	76 626,27	75 512,84	-1,5%
Grupos Parlamentares	1 015 356,49	1 014 093,69	-0,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8 557 631,66	8 709 488,16	1,8%
Comissões Parlamentares	466 673,68	603 360,21	29,3%
Deputados	19 995 544,73	19 914 940,73	-0,4%
Cerimónias Comemorativas	20 792,40	26 395,11	26,9%
Deslocações em Território Nacional	7 808,24	9 633,56	23,4%
Deslocações ao Estrangeiro	856 977,75	865 208,09	1,0%
Grupos Parlamentares de Amizade	37 626,77	30 969,57	-17,7%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	424 374,38	233 937,74	-44,9%
Programa Parlamento Jovem	85 283,25	93 759,61	9,9%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>33 965 254,34</b>	<b>33 988 495,78</b>	<b>0,1%</b>

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2017 para 2018 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**”, em termos globais, registaram um acréscimo de 0,1% que em termos absolutos representam um crescimento de 23.241,44€, valor que não é materialmente relevante.

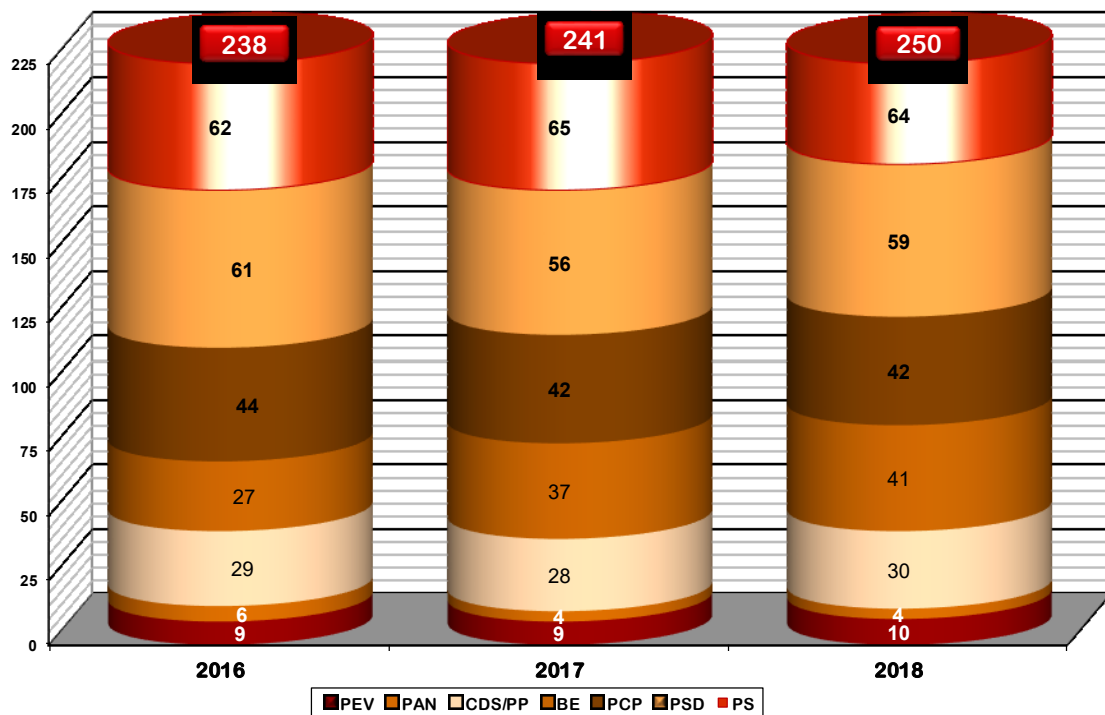
Assinalam-se os **acréscimos** nas subatividades “**Comissões Parlamentares**” (variação absoluta de +136.686,53€, o que representa +29,3%) e “**Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares**” (variação em termos absolutos de +151.856,50€, o que representa +1,8%) e o **decréscimo** na subatividade “**Receção de Delegações e Entidades Oficiais**” (variação em termos absolutos de -190.436,64€, o que representa -44,9%).

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.



**Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO**



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo em 2018 sido atualizado ao valor do IAS (428,90€).

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos Grupos Parlamentares**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	Segurança Social	Variação ano anterior (%)
2013	€1 401 023,85	n.a.
2014	€1 457 310,70	4,0%
2015	€1 442 402,39	-1,0%
2016	€1 518 982,76	5,3%
2017	€1 526 993,35	0,5%
2018	€1 553 734,08	1,8%

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2018 (final da 3ª Sessão Legislativa e início da 4.ª Sessão Legislativa, da XIII Legislatura), funcionaram **16 comissões parlamentares**, sendo 12 comissões permanentes, 2 comissões eventuais e 2 comissões eventuais de inquérito.

### Comissões Especializadas Permanentes

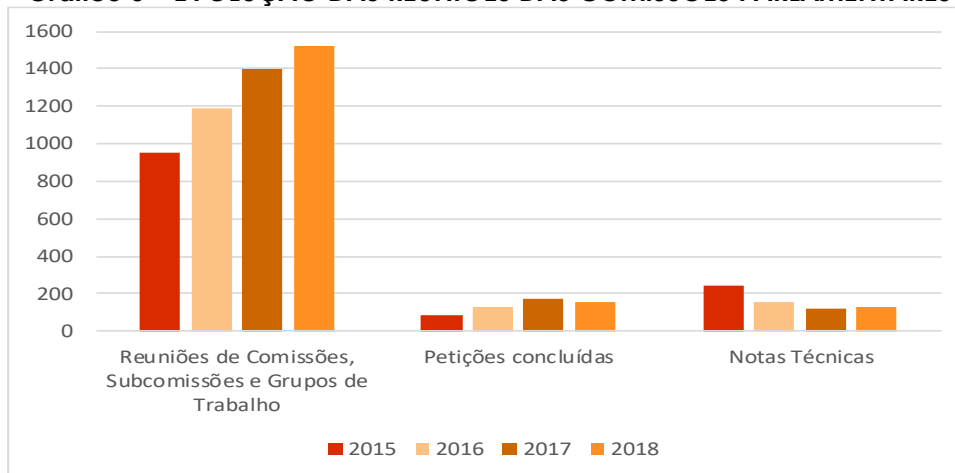
Designação XIII Legislatura
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
Comissão de Agricultura e Mar
Comissão de Educação e Ciência
Comissão de Saúde
Comissão de Trabalho e Segurança Social
Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação
Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

### Comissões eventuais

Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas
Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"
Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade
Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos

Em 2018 as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.521 reuniões**, num total de **3302 horas**. Das referidas reuniões, foram realizadas 625 audições, das quais **501** contaram com a presença de **Membros do Governo**. Foram ainda concedidas **205 audiências**.

**Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2018, foram **recebidas e registadas** pela Assembleia da República **146 petições**, 56 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que 37 foram remetidas por via eletrónica. Foram **concluídas** em comissão **154 petições**, das quais 75 admitidas em 2018, 73 em 2017 e 6 em 2016.

Para além destas, deve ainda referir-se o funcionamento de **76 Grupos de Trabalho** constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e de 2 Subcomissões (a Subcomissão de Ética e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação - criadas no âmbito da 1ª Comissão CACDLG).

No seu conjunto as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho efetuaram **281 deslocações** em território nacional e no estrangeiro.

### 2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que o Deputado Pedro Roque continuou a exercer o mandato de Presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, a Deputada Isabel Santos Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE e o Deputado Vitalino Canas Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO enquanto, no âmbito da União Interparlamentar, o Deputado Duarte Pacheco continuou no cargo de Presidente do Grupo Geopolítico dos Doze Mais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subatividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”):

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES**

	2015	2016	2017	2018
N.º de deslocações	496	483	471	681
Despesa assumida	1.135.812	752.681	998.492	1.196.992
Despesa/deslocação	2.290	1.558	2.120	1.758

Importa referir que as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um decréscimo na despesa por deslocação, de 2017 para 2018, salientando-se, no entanto, o acréscimo do número absoluto de deslocações que cresceram 44,5% (+210 deslocações). As variações ao nível dos valores médios por deslocação prendem-se com um esforço de controlo das alterações das deslocações e uma melhoria dos procedimentos administrativos inerentes às aquisições de viagens e de alojamentos.

No ano de 2018 funcionaram 50 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (GPA), no âmbito **bilateral**, e 2 Grupos Parlamentares de Amizade no quadro **multilateral**.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2018, um conjunto de 127 reuniões:

<b>Evolução da Atividade dos Grupos Parlamentares de Amizade</b>	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de Grupos existentes	41	41	46	51	53	53	50	51	52
Nº de Reuniões realizadas	128	42	201	224	203	127	228	144	127

## 2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **7** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se **9** cerimónias de boas-vindas, **1** sessão solene, **1** evento, além de visitarem a Assembleia da República **30** delegações internacionais.

**Entre 1 de janeiro e 30 de dezembro de 2018 o Presidente da Assembleia da República concedeu 45** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Os Vice-Presidentes da Assembleia da República em representação do Presidente da Assembleia da República concederam **49** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras

No **plano nacional** destaca-se ainda a organização de **4** cerimónias de tomada de posse, **80** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **14** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

## 2.5 Parlamento dos Jovens

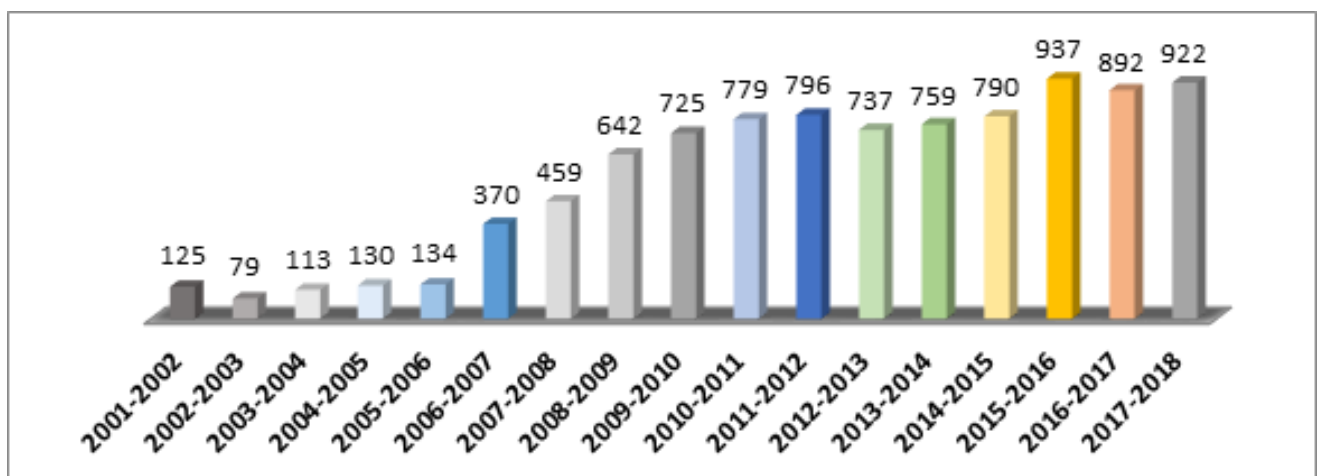
O **Programa Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República inserida no âmbito da educação para a cidadania, que se dirige aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa.

O Programa visa, sobretudo, apelar à participação dos jovens no debate democrático, alertar para a importância do exercício e da vivência de uma cidadania ativa e promover a consciência cívica, nomeadamente para as questões que afetam o seu presente e o futuro, individual e coletivo

Cabe à Comissão Parlamentar com competência na área da Educação definir as orientações para o Programa, cuja execução se desenvolve em parceria com outras entidades.

Na edição 2017/2018, contrariando a habitual metodologia de um tema para cada nível de ensino, as 463 escolas do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e as 459 escolas do ensino secundário debateram o mesmo tema: **“Igualdade de Género – Um debate para tod@s”**, tendo-se atingido um total de **922 escolas inscritas**. Na 1.ª fase do Programa, realizaram-se **408 debates nas escolas com a presença de Deputados da Assembleia da República**.

**Gráfico 6 – Evolução de inscrições no Programa Parlamento dos Jovens**  
(desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário)[1]



[1] Entre 1995 e 2000 o programa tinha apenas uma sessão, dedicada ao ensino básico. Pelo que foi possível apurar nos registos disponíveis, terão participado, ao longo desses cinco anos, cerca de 60 escolas no programa, então designado “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no Programa nos últimos quatro anos, o que evidencia o reconhecimento do interesse desta iniciativa.

#### Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Programa Parlamento dos Jovens

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAIS			
	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	Ensino Básico + Ensino Secundário			
Escolas inscritas	398	479	454	463	392	458	438	459	790	937	892	922
Turmas envolvidas	2.139	2.493	2.718	2.445	1.998	2.064	1.832	2.228	4.137	4.557	4.550	4.673
Participantes nas listas eleitorais	14.997	18.745	14.899	15.801	9.580	11.282	8.665	10.836	24.577	30.027	23.564	26.637
Votantes: eleições sessões escolares	87.092	105.943	94.796	97.633	59.674	68.360	63.612	70.332	146.766	174.303	158.408	167.965
Deputados eleitos: sessões escolares	7.440	9.112	7.874	8.434	5.797	6.840	5.775	6.659	13.237	15.952	13.649	15.093
Deputados eleitos: Sessões Distritais/Regionais	1.291	1.445	1.357	1.458	1.272	1.377	1.314	1.425	2.563	2.822	2.671	2.883
Escolas eleitas: Sessão Nacional	63	64	64	66	65	65	65	65	128	129	129	131
Deputados eleitos: Sessão Nacional	126	128	128	132	130	130	130	130	256	258	258	262

A participação dos Deputados da Assembleia da República é muito valorizada e um importante incentivo nas várias etapas do Parlamento dos Jovens, designadamente nos debates nas escolas, nas Sessões Distritais e Regionais, nas reuniões de comissões e no plenário das Sessões Nacionais. O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2017/2018:

#### Participação dos Deputados no Parlamento dos Jovens 2017/2018

ETAPAS   GP	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	PAN	TOTAIS
Debates nas escolas	165	146	33	29	32	3	0	408
Sessões Distritais/Regionais	15	16	3	3	3	0	0	40
Sessões Nacionais	6	6	4	4	4	4	0	28

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2018, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subatividade, num total de 180.719,90€ apresentam, em 2018, um acréscimo de 1,7% relativamente ao pago no ano anterior (+2.943,80€), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:



### Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2017	2018	Var% 2017/2018
UIP	55 550,34	51 855,66	-6,7%
UIP – Grupo Doze Mais	536,00	536,00	0,0%
APCE	10 000,00	10 000,00	0,0%
APNATO	36 898,00	37 321,00	1,1%
APOSCE	31 597,00	33 855,00	7,1%
ASG UIP	413,61	373,96	-9,6%
APM	37 700,00	41 470,00	10,0%
Secretariado COSAC	1 726,44	1 760,18	2,0%
Várias	3 354,71	3 548,10	5,8%
<b>Total</b>	<b>177 776,10</b>	<b>180 719,90</b>	<b>1,7%</b>

### 3. Atividades de Apoio

No ano de 2018, a gestão das várias **“Atividades de Apoio”** continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

Conforme Quadro 4 supra, as **“Atividades de Apoio”** corresponderam, em 2018, a 41,1% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade **“Serviços da Assembleia da República”**, por onde são pagos as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa desta atividade, com 62,9% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

### Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2018	Encargos assumidos		
	Corrigido	Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	18 517 227,71	17 004 040,67	91,8%	62,9%
Gabinete do Secretário-Geral	585 415,73	577 741,11	98,7%	2,1%
Formação	203 749,00	65 659,43	32,2%	0,2%
Ação Social	437 800,00	310 186,08	70,9%	1,1%
Despesas de Funcionamento	11 883 202,28	8 948 044,53	75,3%	33,1%
Gabinete Médico	148 335,68	133 650,89	90,1%	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>31 775 730,40</b>	<b>27 039 322,71</b>	<b>85,09%</b>	<b>100,00%</b>

O acréscimo de 2,1% dos encargos assumidos com as **“Atividades de Apoio”** (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de encargos ao nível da subatividade **“Serviços da Assembleia da República”** (representa em termos absolutos mais 678.956,71€), que se deve aos acréscimos remuneratórios derivados das alterações de posicionamento remuneratório. O acréscimo de 49,8% na subatividade

"Ação Social" justifica-se com o pagamento em 2018 dos encargos anuais com os subsídios de estudo de dois anos letivos (2016/2017 e 2017/2018). Regista-se, por outro lado, uma redução de 34,9% da subatividade "Formação", como consequência da reorganização de serviços ocorrida, que implicou a extinção do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar e a atribuição das suas competências à Divisão de Recursos Humanos e Formação, tendo tal implicado uma diminuição da oferta formativa global no ano de 2018.

### Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM "ATIVIDADES DE APOIO"

Unidade: Euro

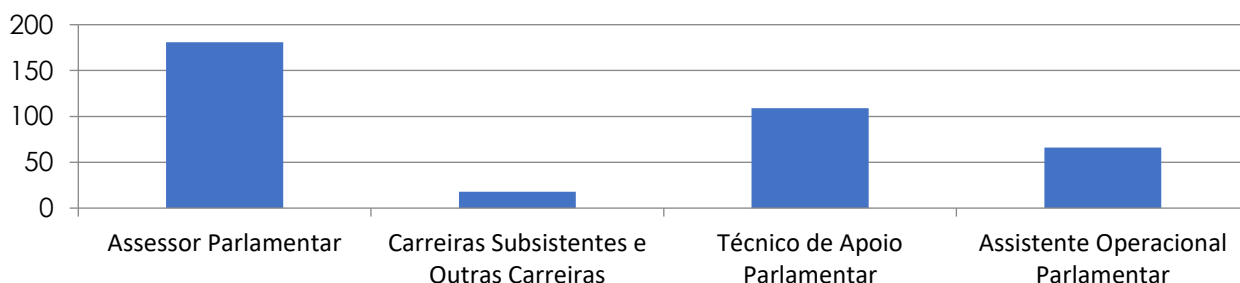
Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2017	2018	
Serviços da Assembleia da República	16 325 083,96	17 004 040,67	4,2%
Gabinete do Secretário-Geral	540 832,85	577 741,11	6,8%
Formação	100 802,11	65 659,43	-34,9%
Ação Social	207 015,33	310 186,08	49,8%
Despesas de Funcionamento	9 186 251,43	8 948 044,53	-2,6%
Gabinete Médico	133 736,76	133 650,89	-0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>26 493 722,44</b>	<b>27 039 322,71</b>	<b>2,1%</b>

### 3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2018 registou-se um total de **381 funcionários parlamentares em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 30 trabalhadores em regime de cedência de interesse público (dos quais 4 para desempenho de funções na UTAO). A este número de efetivos acresce, ainda, 5 contratos de prestação de serviços.

Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por carreiras conforme estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Parlamentares – Lei n.º 23/2011, de 20 de maio.

**Gráfico 7 - MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP**



A carreira de assessor parlamentar é a que mais se destaca com 181 efetivos, com uma representatividade de cerca de 48% do total de funcionários dos Serviços da Assembleia da República. Aqui se incluem todos os assessores parlamentares que se encontram nomeados em comissão de serviço nas funções de dirigentes.





Na carreira de assistente operacional parlamentar, cumpre registar 4 funcionários nomeados em comissão de serviço na categoria de Encarregado Operacional Parlamentar.

A este número de efetivos, acresce 5 prestações de serviço - 4 prestações de serviços médicos e 1 prestação de serviço de assessoria às Comissões sem remuneração.

Por outro lado, nas Entidades Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, em 31 de dezembro de 2018 encontravam-se a prestar funções 8 trabalhadores - aqui se incluindo uma prestação de serviços no CNPMA - conforme quadro abaixo:

<b>Entidade</b>	<b>Nº de Trabalhadores</b>
CJP – Conselho dos Julgados de Paz	5
CNPMA – Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida	2
CFBDP de ADN - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	1

No ano de 2018 foram introduzidas as valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, e que implicaram o reposicionamento remuneratório de 256 funcionários parlamentares - 92 assessores parlamentares, 88 técnicos de apoio parlamentar, 59 assistentes operacionais parlamentares e 17 funcionários das carreiras subsistentes – e de 9 trabalhadores em cedência de interesse público que exercem funções na Assembleia da República.

Ingressaram no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, 13 assessores parlamentares estagiários. Ao abrigo do programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Assembleia da República, foram integrados 4 assessores parlamentares, 7 técnicos de apoio parlamentar e 1 assistente operacional parlamentar. Ocorreram ainda 2 cedências de interesse público para exercício de funções correspondentes à carreira de assessor parlamentar e 5 correspondentes à carreira de técnico de apoio parlamentar.

Foram abertos 2 procedimentos concursais com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho para a carreira e categoria de assessor parlamentar.

Ao abrigo do Regulamento dos Apoios Sociais e dos Subsídios de Estudo, aprovado pelo Despacho n.º 97/XIII do Presidente da Assembleia da República, de 28 de setembro de 2018, foram atribuídos, a funcionários parlamentares e outros trabalhadores a exercer funções nos serviços da Assembleia da

República, 193 apoios sociais e subsídios de estudo, nos seguintes termos: 38 apoios sociais de creche ou ama, pré-escolar e ensino especial, 17 subsídios de estudo para o 1.º ciclo do ensino básico, 93 subsídios de estudo para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário e 45 subsídios de estudo para o ensino superior.

### 3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional** realizaram-se 5.985 horas de formação (4.022 internas e 1.963 externas), que abrangeram todas as carreiras.

Horas de Formação Por Carreira	Assessor Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Total
Formação Interna	2.866	98	851	207	<b>4.022</b>
Formação externa	1.374	105	463	21	<b>1.963</b>
<b>Total</b>	<b>4.240</b>	<b>203</b>	<b>1.314</b>	<b>228</b>	<b>5.985</b>

Face ao total de 11.693 horas de formação registadas em 2017, o decréscimo em 2018 deve-se à reorganização dos serviços, que implicou a extinção, em maio, do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar, tendo as suas competências passado para a Divisão de Recursos Humanos e Formação, sem que existisse um Plano de Formação preparado para o ano de 2018.

### 3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

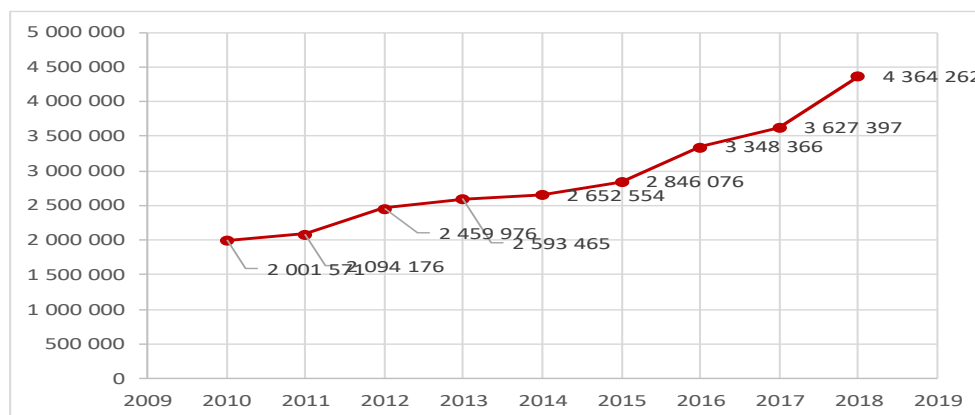
No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do Canal Parlamento, registou-se, em 2018, ligeira diminuição do número total de horas de emissão – 7200 horas (menos 300 do que em 2017) –, registando-se, porém, novo acréscimo do número de horas de emissão dos trabalhos das Comissões Parlamentares (1500 horas de gravação de reuniões).

O **portal da Internet** da Assembleia da República, [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt), continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo toda a atividade parlamentar que decorre no Parlamento, a cada momento.

Em termos estatísticos, o valor anual de visualizações de páginas no portal foi de **4 364 232**, o que representa uma média mensal de **363 686**, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. De referir que, relativamente ao ano passado, houve um aumento de 21,31% de tráfego, provavelmente justificado pela renovação do *site* em março de 2018. Refira-se também que, a partir

do lançamento do novo *site*, a análise estatística passou a ser feita pelo "Google Analytics", tendo sido descontinuado o antigo software de recolha de dados de utilização do portal.

**Gráfico 8 – NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES NO PORTAL DO PARLAMENTO**



Manteve-se ainda a publicação do *ComunicAR – Boletim da Assembleia da República*, distribuído mensalmente a cerca de **25 000** subscritores através de correio eletrónico.

As páginas de Facebook da AR TV e Parlamento Cultural continuaram a registar níveis crescentes de acessos e de interação com os espectadores, quer em termos de visionamento dos vídeos, quer de resposta às mensagens recebidas.

No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao palácio de S. Bento** assumem um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

No ano em análise, manteve-se o formato das visitas dos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis e no último sábado do mês e visitas livres nos dias de "Parlamento de Porta Aberta" no âmbito das comemorações do 25 de Abril, durante a tarde e nas Jornadas Europeias do património.

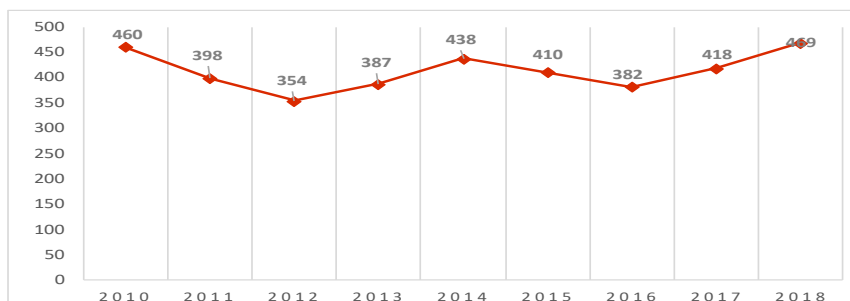
Em 2018 foram, assim, acolhidos **21.432 visitantes** ao Palácio de S. Bento, dos quais **16.333** participaram nas **469 visitas guiadas** realizadas.

Relativamente ao número de **visitas guiadas** efetuadas, verifica-se um incremento de 12,2% relativamente a 2017 (mais 51 visitas), verificando-se também um aumento de 4,5% no número de visitantes participantes em visitas guiadas, aumento este justificado pelo acréscimo de visitas guiadas.

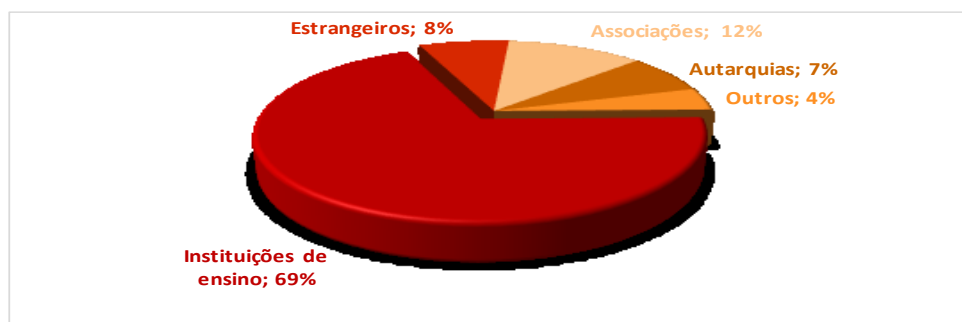
Relativamente ao público-alvo das visitas guiadas, continua a registar-se que os participantes são maioritariamente estudantes de instituições dos vários graus de ensino, numa proporção de 69%, pelo

que é pertinente dar continuidade ao trabalho desenvolvido no sentido de utilizar este forte instrumento de apresentação do Parlamento, como referido, numa perspetiva pedagógica e de cidadania e de forma participativa e interativa.

**Gráfico 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS e SÁBADOS)**



**Gráfico10 - DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO – ALVO (DIAS ÚTEIS)**



Quanto às **visitas livres**, em 2018, no dia do “**Parlamento de Porta Aberta**”, os cidadãos foram convidados a visitar o Palácio de S. Bento na tarde do dia 25 de Abril.

No que diz respeito à **assistência às sessões plenárias**, em 2018, apenas foram registados os cidadãos que pertenciam a grupos que efetuaram visita guiada ao Parlamento, tendo sido registada a presença na Sala das Sessões de **19.558** pessoas.

## 3.4 Funcionamento

**3.4.1.** Os objetivos estratégicos em 2018 continuaram a centrar-se no “**Reforçar a eficiência através das melhores práticas de gestão**”, na “**Melhoria das condições de trabalho**” e no “**Reforço dos Recursos Humanos**”:

- **Continuar a apostar nos métodos de trabalho de equipa**, para o qual foram realizadas várias reuniões com o objetivo de envolver e comprometer todos os seus elementos nos processos



para atingir os objetivos, as metas e concretizar a missão, promovendo, deste modo, um conhecimento partilhado e global das matérias tratadas e a tratar;

- **Simplificar Procedimentos** procedeu-se à agregação de bens ou serviços num único contrato, assegurando, assim, uma real e significativa diminuição dos procedimentos administrativos e uma maior celeridade na aquisição deste tipo de bens e serviços, desde que devidamente abrangidos pelo contrato;
- **Reforçar a participação dos funcionários nos processos de gestão:** com objetivo de obter a sua participação ativa e melhoria contínua dos processos a desempenhar;
- **Melhorar a eficácia dos procedimentos processuais,** foram concluídos os trabalhos de upgrade da base tecnológica da aplicação ARDAPAT - aplicação onde se encontram todos os procedimentos concursais desde 2002; efetuou-se o estudo com vista à caracterização das compras realizadas na DAPAT no biénio 2015-2016;
- **Melhorar a comunicação e colaboração entre serviços** – foi dada continuidade à monitorização do Portal das Requisições – Requisições aos armazéns, requisições às compras e requisições obras, manutenção e assistência; nas componentes SIGAR – Aprovisionamento – e Plataforma Eletrónica da Assembleia da República (PEAR), bem como, nas componentes de apoio técnico e de assessoria jurídica, contribuindo para que os serviços efetuem as suas aquisições num quadro de rigor; Comunicação periódica dos outputs de execução orçamental e financeiro do SIGAR a todos os serviços que concorrem com os respetivos contributos para o orçamento da AR; Gestão de Stocks;
- **Implementação do SNC-AP** - Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública – Vertente financeira e patrimonial
- **Reforço dos Recursos Humanos** – Em 2018 ingressaram no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, 13 assessores parlamentares estagiários. Ao abrigo do programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Assembleia da República, foram integrados 4 assessores parlamentares, 7 técnicos de apoio parlamentar e 1 assistente operacional parlamentar. Ocorreram ainda 2 cedências de interesse público para exercício de funções correspondentes à carreira de assessor parlamentar e 5 correspondentes à carreira de técnico de apoio parlamentar.

**3.4.2.** No que se refere à **política ambiental** e com o objetivo de transformar a AR numa organização **ambientalmente sustentável e eco eficiente**, levou à aprovação do Plano de Gestão de Energia,

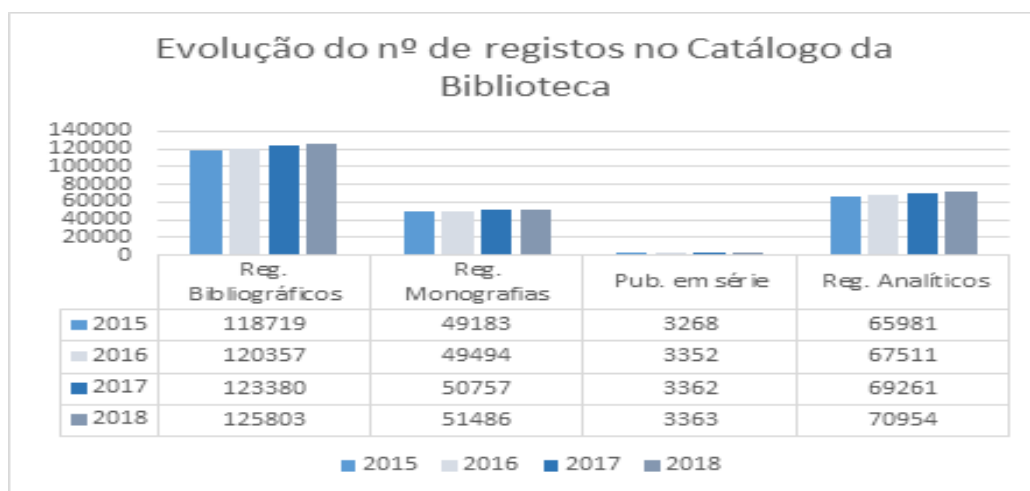
com metas e objetivos para a produção de energia renovável e o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos, iniciando-se o estudo de soluções de implementação.

Prosseguiu-se com a implementação do Plano de Gestão de Resíduos, tendo-se aumentado os circuitos de recolha, procurando-se cumulativamente alternativas relativamente ao circuito de doação de bens. Em novembro foi realizado o 1º dia dedicado à Prevenção e Gestão de Resíduos na AR, no âmbito da semana europeia dos resíduos.

Prosseguiu-se ainda com a monitorização semestral dos consumos de água e de energia elétrica e com a introdução de critérios ambientais nos procedimentos concursais. Em 2018 foi ainda constituída a Equipa Ambiente, com representantes de todas as Direções, com o objetivo de difundir boas práticas ambientais na AR.

**3.4.3.** No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2018, 125 803 registos bibliográficos, 51 486 registos de monografias, 3 363 registos de séries e 70 954 registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias).

**Gráfico 11**



**3.4.4.** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2018, nas vertentes de tradução e revisão de textos em diversas línguas de trabalho, com preponderância para português, inglês e francês, bem como do apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, documentação relativa às comissões parlamentares, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, intervenções e curricula de deputados, legislação e nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas de conferências, correspondência dos Gabinetes e outros.



Destaca-se, à semelhança do ano anterior, o apoio, ao nível de tradução, dado às reuniões das organizações parlamentares internacionais, em particular no âmbito das atividades da presidência do Grupo Geopolítico dos 12+, da União Interparlamentar, quer em Portugal quer no estrangeiro, e também no apoio às atividades da presidência da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo.

#### 4. Atividade Editorial

A Assembleia da República deu continuidade, em 2018, à atividade cultural e editorial, traduzida na edição de livros, brochuras, folhetos, convites e outros materiais promocionais; na dinamização e comercialização de artigos na Livraria Parlamentar; na produção de peças e artigos evocativos; na gestão de stocks e dos armazéns de peças e publicações, bem como das ofertas institucionais; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento, quer através da Livraria Parlamentar, quer da participação anual na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 6 livros, sendo um deles uma publicação eletrónica, registando-se um decréscimo de 4 títulos relativamente a 2017.

No âmbito da comunicação institucional foi dada continuidade aos trabalhos de conceção de imagens coordenadas para os eventos da Assembleia da República e pela produção de materiais de divulgação diversos. Assinala-se, neste contexto, que a produção de materiais em formato digital continua, em 2018, a registar uma tendência crescente que decorre do reconhecimento da necessidade de uma maior projeção dos eventos e atividades parlamentares, sobretudo na área das comissões, do protocolo e das relações internacionais, destacando-se as celebrações de abril no Parlamento e as Jornadas Europeias do Património.

Salienta-se ainda a itinerância da **exposição “Portugal e a Grande Guerra”** por três localidades nacionais (Montijo, Santo Tirso e Setúbal) e a sua deslocação para Lille e para Paris, no contexto das comemorações do centenário do Armistício em França, que constitui um marco de grande prestígio para o Parlamento português e coroa o reconhecimento do valor histórico desta mostra.

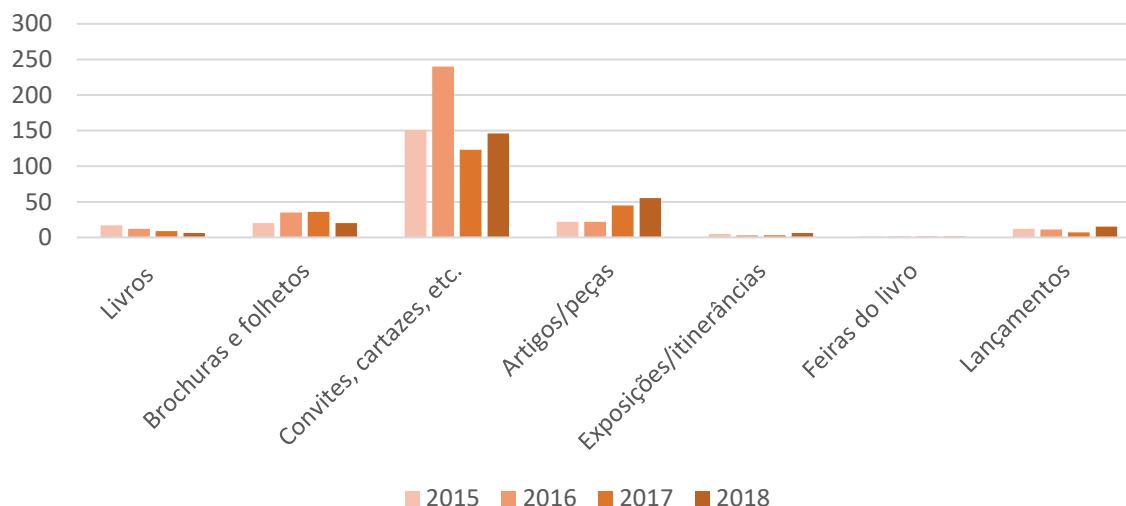
Também a **exposição “Morte à Morte! 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal 1867-2017”**, concebida em 2017, esteve patente no Centro Português de Fotografia, na cidade do Porto. De 25 de maio a 13 de junho, a Assembleia da República marcou presença na **88.ª Feira do Livro de Lisboa**, com o pavilhão da Livraria Parlamentar, divulgando as edições exclusivas do Parlamento.

**Quadro 13 - ATIVIDADE EDITORIAL 2018**

Livros	
Impressos	5
Eletrónicos	1
Material promocional e de apoio a eventos	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes	166
Agendas	2
Peças	
Porcelanas, peles, cortiças, papelaria	43 + 12 reedições
Exposições	
Organização e colaboração (inclui apoio a itinerâncias)	6
Feiras do livro	
Lisboa e Livraria Parlamentar	1
Lançamento de livros	
Edições AR	3
Outras editoras	12

Ao contrário da tendência de vendas crescente registada na Livraria Parlamentar ao longo deste ano, as vendas através da Imprensa Nacional Casa da Moeda (contrato de distribuição exclusiva das publicações da Assembleia da República pelas livrarias nacionais, estabelecido em 2013) mantêm um movimento de queda em 2018, com um total de vendas inferior ao de 2017, situado nos 2.403,61 €.

**Gráfico 12 – Evolução da atividade Editorial 2015-2018**



## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1. Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2018, importa salientar a assinatura, em 5 de março, na cidade da Praia, do Protocolo de Cooperação entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional de Cabo Verde.





Em 7 de junho, foi ainda assinado o Programa de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, na sequência da avaliação efetuada ao programa vigente entre as duas administrações parlamentares para o triénio 2015/2017.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2018, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com seis Parlamentos de língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional da República de Angola (ANRA) – 5 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 1 ação**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 4 ações**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 5 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 1 ação**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 11 ações**

## **5.2. Multilateral**

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou o V Curso de Formação Interparlamentar, em Lisboa, de 21 a 30 de maio de 2018.

A Assembleia da República participou ainda no XIII Encontro de Quadros na Área de Informática, de 21 a 23 de Fevereiro de 2018, na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, e no XIX Encontro de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 30 de julho a 1 de agosto, também em São Tomé e Príncipe.

Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação da “Bases de dados da atividade legislativa e parlamentar”, com o apoio da Assembleia da República, designadamente na Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe e no Parlamento Nacional de Timor Leste.

## **6. Gestão das Tecnologias de Informação**

Em 2018 foram desenvolvidos projetos destinados à modernização administrativa e tecnológica, realçando-se o início do desenvolvimento do novo Sistema de Gestão da Atividade Parlamentar. Decorreram ainda vários projetos que contribuíram para o aumento da segurança informática e de informação. Ao nível da implementação de melhorias das soluções tecnológicas, realça-se a substituição do link de fibra ótica existente entre o Palácio e o Edifício Novo e a recolocação e reforço de antenas no Edifício Novo, por forma a mitigar os *blind spots* e aumentar a eficiência na cobertura de sinal.

**6.1 – No âmbito da promoção da modernização administrativa e tecnológica,** assinalam-se os seguintes projetos:

- **Instalação de fibra ótica para substituição de cablagem em cobre no Edifício Novo e no edifício D. Carlos** - Procedeu-se à instalação de novos *uplinks* em Fibra Ótica que são imunes a interferências eletromagnéticas, melhorando-se, assim, a qualidade e fiabilidade da transmissão e reduzindo as interferências eletromagnéticas;
- **Migração do motor de Workflow** - Por necessidade de manter a atualidade dos produtos em funcionamento na AR, foi efetuada a migração do motor de *workflow* e dos processos para a versão *K2 blackpearl 4.6.11* e também para novos servidores aplicativos e de base de dados;
- **Instalação do novo core de rede nas novas instalações do Canal Parlamento.** Com a mudança das instalações do Canal Parlamento, foi criado um novo polo técnico para albergar a solução informática deste. Nesse sentido foi instalada e configurada uma solução com base na tecnologia dos equipamentos do tipo Nexus para permitir um alto desempenho no *Datacenter* do Canal Parlamento, similar à arquitetura da sala técnica principal da AR;
- **Novo sistema de suporte à Atividade Parlamentar (SGAP)** – Após conclusão do processo concursal para o desenvolvimento do novo SGAP, em 2018 a empresa adjudicatária deu início ao desenvolvimento do projeto. Dada a complexidade e o âmbito dos trabalhos, a sua implementação será feita de forma faseada. No final de 2018 foi entregue a 1.ª fase do projeto, contendo os módulos mais importantes, continuando a decorrer o desenvolvimento do restante projeto;
- **Interoperabilidade interinstitucional** – Projeto que envolve os diversos órgãos de soberania que intervêm diretamente no Processo Legislativo, nomeadamente Presidência da República, Assembleia da República, Governo e Tribunal Constitucional, e que visa permitir o envio e receção de forma automática, de documentos e informação, com o seu registo automático nos sistemas de informação de cada um dos órgãos envolvidos. Durante 2018 foram desenvolvidas as especificações técnicas e funcionais para o desenvolvimento de *web services*, permitindo a interoperabilidade através destes mecanismos, agilizando a troca de informação entre os órgãos de soberania envolvidos, garantindo rapidez na disponibilização e segurança no acesso à informação, bem como sua partilha em tempo real. Para a colocação da solução em produção, procedeu-se ao estabelecimento de uma rede de ligações do tipo VPN Site-to-Site, para servir de base de comunicação entre as instituições neste projeto. As ligações foram estabelecidas, em cooperação com as diversas entidades, seguindo-se a fase de testes de integração com a solução do Governo;
- **Desmaterialização de processos** - Deu-se seguimento à desmaterialização de processos com recurso ao motor de *workflow*, abrangendo: justificação de faltas dos Deputados relativas a reuniões Plenárias, Comissão Permanente e Comissões; gestão de eventos, visando uniformizar, centralizar e desmaterializar todos os processos de gestão de eventos na AR;

pedidos ao AHP, para desmaterialização dos pedidos que são formulados a este Serviço; pedidos de alteração de dados biográficos dos funcionários da AR e dos funcionários dos Grupos Parlamentares, com integração no SIGAR;

- **Atualização das infraestruturas de VMWare, Sistema de Autenticação e Migração do motor de Bases de Dados de SQL 2008 para SQL 2014** – Projetos que visaram assegurar a evolução tecnológica do *software* de suporte ao SIAR, assegurando a sua atualidade e a compatibilidade com os sistemas operativos, bem como a inclusão de novas funcionalidades e redução de *bugs*;
- **Expansão de sistema de armazenamento e da capacidade de processamento** – Por forma a dar resposta a novas necessidades e assegurar a implementação de novos projetos foi substituído o sistema de armazenamento existente por um novo equipamento, com capacidade e desempenho superiores, cuja instalação foi feita no *site* de DR em Évora, passando a servir de *backup*;

**6.2** – Ao nível do reforço da **segurança informática e de informação** destacam-se os seguintes projetos:

- **Disaster Recovery** - A implementação de um *site* alternativo tem vindo a fazer parte dos planos de evolução definidos, visando assegurar a continuidade dos serviços informáticos, em caso de desastre ou catástrofe natural que afete o *datacenter* principal, sito no Palácio de São Bento. Após a definição do modelo a adotar, em 2018 foi adjudicado o fornecimento de equipamento e aluguer do respetivo alojamento num *datacenter* alternativo, de forma a constituir a solução de *Disaster Recovery* (DR). Foi concretizada a principal funcionalidade do sistema, que contempla a replicação da informação crítica do SIAR no *site* remoto. Em 2019 serão concluídos os trabalhos de operacionalização do contacto do *site* remoto com o exterior;
- **Plano de Preservação Digital (PPD)** - O objetivo deste projeto é o de salvaguardar e garantir o acesso continuado à informação digital produzida pela AR, para fins de utilização e de conservação permanente dos documentos eletrónicos com valor probatório e de interesse para a organização. O PPD será aprovado no início de 2019, seguindo-se a sua implementação;
- **Implementação do ISE (Identity Services Engine)** na rede por cabo, com o objetivo de aumentar a segurança na infraestrutura de rede do SIAR. Foi concluída, em toda a extensão do SIAR, a implementação do sistema ISE, que consiste no controlo automático de acessos à rede interna, permitindo que qualquer equipamento que se ligue à rede por cabo terá um determinado perfil, sendo disponibilizado o acesso à rede consoante esse perfil;
- **Sistema de prevenção de vírus, malware e ransomware** - Este projeto destinou-se a reforçar a proteção de vírus, malware e ransomware a nível dos postos de trabalho e servidores, evitando que, em caso de contaminação, a informação destes fique comprometida. Em 2018

decorreu o processo de estudo de mercado, tendo sido selecionado o produto mais adequado à AR, que foi posteriormente adquirido e instalado;

- **Transferência dos sites externos à AR para servidor autónomo** - Estes sites e respetivas aplicações, pertencentes às entidades independentes que funcionam junto da AR, que se encontravam alojados nos mesmos servidores dos sites/aplicações da AR, foram, na sua maioria, desenvolvidos e geridas por técnicos externos a este Serviço, obrigando a necessidades acrescidas em termos de segurança. Por forma a mitigar esta vulnerabilidade, foi adquirido licenciamento de *software*, o que permitiu autonomizar os *sites* e as aplicações externas. Os sites referidos, e respetivas aplicações, foram migrados para servidores autónomos, reforçando assim a segurança da infraestrutura do SIAR.
- **Nova política de passwords** - Com o apoio do Gabinete do Secretário Geral e em coordenação com os GP's, foi implementada uma nova política de passwords, com maior complexidade, mas maior duração;

**6.3** – Relativamente ao **desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas** já existentes foram também implementados diversos projetos que concorreram para este objetivo, a saber:

- **Reformulação do site do Parlamento** - No âmbito dos trabalhos do GTPD, foi determinada a reorganização de conteúdos do *site* e a alteração do seu grafismo. Esse processo foi iniciado no final de 2017 e terminado com o lançamento em produção da nova versão do *site* do Parlamento em 22 de março de 2018. A adequação técnica do novo *layout* e reorganização dos conteúdos foi implementada de acordo com o estabelecido e aprovado pelo GTPD. Com a utilização do *site*, foram identificados problemas de usabilidade no *design* das listagens associadas aos deputados, ao processo legislativo e à atividade parlamentar. Foram alterados os ecrãs associados às listagens identificadas no sentido de melhorar a forma de disponibilização da informação;
- **Plataformas digitais para a participação democrática** - Uma das propostas do GTPD consistiu na criação de plataformas *online*, acessíveis a partir do *site* da AR, que permitissem a submissão e recolha de assinaturas de petições, iniciativas legislativas de cidadãos e iniciativas de referendo, facilitando a recolha de assinaturas e promovendo o reforço da interação da AR com os signatários e a sua notificação. Estas plataformas foram desenvolvidas em *software* livre, cumprindo os objetivos propostos, e colocadas em produção no dia 22 de março de 2018, tendo ocorrido alterações posteriores para uma melhor adequação à prática. Assim, foram feitas modificações pontuais ao nível da interface do *frontoffice* e dos fluxos da tramitação das petições, iniciativas legislativas de cidadãos e iniciativas de referendo que foram reformuladas;
- **Substituição do Sistema de envio de SMS para Telemóvel** - O sistema de envio de SMS é massivamente utilizado na AR, tanto pelos GP como por aplicações para envio de informações e agendamentos de forma automática. Foi selecionada uma nova solução e

concretizada a adjudicação do novo *software*, *EasySMS*, que após instalação e configuração entrará em produção no início de 2019;

- **Instalação de antenas de rede no Edifício Novo-** Em resultado de nova vistoria técnica à cobertura da rede wireless, procedeu-se à realocização de algumas das antenas wireless existentes e colocação de novas antenas, por forma a mitigar os blind spots e aumentar a eficiência na cobertura de sinal;
- **Instalação de Equipamentos de Distribuição no Edifício Novo** - Devido à obsolescência dos componentes e o fim de suporte anunciado pelo fabricante, procedeu-se à renovação dos equipamentos de distribuição, que concretizam a ligação entre o núcleo de rede e os bastidores de acesso nos diversos edifícios da AR;

**Parlamento dos Jovens** – Para melhoria da solução, procedeu-se à configuração e disponibilização em diversas fases, dos formulários para submissão da informação dos diferentes intervenientes neste processo.

## 7. Investimentos

### 7.1 Investimentos realizados em 2018

No ano de 2018, em termos orçamentais, regista-se um **decréscimo de 27,9%** do orçamento de investimento, relativamente a 2017, tendo concorrido para esta redução as rubricas: **“Edifícios”** com uma diminuição de 79,1%, (-1.912.285,00€), pelo facto de em 2017 ter sido adquirido um novo edifício para as entidades autónomas; **“Equipamento de Informática”** com uma variação negativa de 36,2% (-508 454,03€); **“Bens do Domínio Público”** com uma redução da dotação em 34,6% (-544 992,00€); e **“Software Informático”** que apresenta uma redução da dotação corrigida de 14,3% (-134.284,00€).

A análise do Quadro 14 permite, ainda, registar um aumento de 141,8% na dotação para **“Equipamento de Gravação e Audiovisual”** que representa uma diferença de +966. 200,00€, que não vieram a ser executados conforme Quadro 15.

**Quadro 14 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO**

Unidade: Euro

Investimento	OAR2017	OAR2018	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	2 416 778,00	504 493,00	-79,1%
Equipamento de informática	1 406 224,00	897 769,97	-36,2%
Software informático	941 781,00	807 497,00	-14,3%
Equipamento Administrativo	360 198,00	408 865,00	13,5%
Artigos e objetos de valor	10 000,00	30 000,00	200,0%
Equipamento de gravação e audiovisual	681 300,00	1 647 500,00	141,8%
Bens do Domínio Público	1 575 658,00	1 030 666,00	-34,6%
<b>TOTAL</b>	<b>7 391 939,00</b>	<b>5 326 790,97</b>	<b>-27,9%</b>

Os valores orçamentados apresentam um nível de execução global em 2018 de **54,8%**, registando-se um decréscimo de 41,1% da execução orçamental relativamente a 2017 (cfr. Quadro 5).

O orçamento para investimento não utilizado, em 2018, foi de 2.408.934,45€, representando, em grande parte, os baixos níveis de execução em: “Equipamento de gravação audiovisual” (2,7%), “Bens do Domínio Público” (65,6%), “Artigos e Objetos de valor” (67,2%) e “Edifícios” (67,8%) (cf. Quadro 15).

**Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS**

Unidade: Euro

Investimento	2018		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	504.493,00	341.892,03	67,8%
Equipamento de informática	897.769,97	812.107,46	90,5%
Software informático	807.497,00	683.714,94	84,7%
Equipamento Administrativo	408.865,00	339.807,94	83,1%
Artigos e objetos de valor	30.000,00	20.149,00	67,2%
Equipamento de gravação e audiovisual	1.647.500,00	44.410,87	2,7%
Bens do Domínio Público	1.030.666,00	675.774,28	65,6%
<b>TOTAL</b>	<b>5.326.790,97</b>	<b>2.917.856,52</b>	<b>54,8%</b>

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**” - Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No ano de 2018, no âmbito do investimento os objetivos estratégicos passaram por **melhorar as condições de trabalho**, designadamente nas seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR e Grupos Parlamentares de equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que no domínio do “Equipamento administrativo” verificou-se uma taxa de execução orçamental de **83,1%**. Neste contexto, o investimento continuou a distribuir-se por várias áreas prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas e rentabilização do espaço existente, nomeadamente ao nível das aquisições de mobiliário e de equipamento de escritório;
- **Promover a melhoria contínua das instalações** que tem inerente a conservação do Património Imobiliário da AR. Em termos de **obras de melhoria/conservação** foram concluídas as seguintes empreitadas: **execução de duas salas de reuniões no piso da Sobre Loja do Palácio** (que teve por objetivo proceder à divisão da sala que antigamente albergava os motoristas, criando duas novas salas destinadas a sessões de trabalho); **requalificação do espaço da cave sita junto ao**

**Jardim das Oliveiras**, dotando-o de boas condições de funcionamento, designadamente de climatização de forma a poder ser aí instalado o Serviço de Segurança; **instalação dos serviços de comunicação e apoio ao Canal Parlamento**, na sequência da reestruturação dos serviços da AR, sendo necessário criar um espaço para o novo Gabinete de Comunicação; **requalificação do pavimento do Parque de Estacionamento Subterrâneo – fase I** (para esta fase aplicou-se um novo pavimento em material epóxi - pavimento antiderrapante- no piso - 2 do parque de estacionamento subterrâneo do Novo Edifício);

Em face dos objetivos de uma criteriosa gestão orçamental houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados. Outro dos fatores que contribuiu para a reduzida execução dos investimentos foi a complexidade dos projetos, que obrigaram a constantes reformulações e à revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

- **Instalar as Entidades Externas na dependência da AR** - No ano de 2018 a Assembleia da República continuou o processo de instalação das entidades externas no referido imóvel, tendo sido necessário adaptar e criar novos espaços de acordo com as necessidades daquelas entidades. Assim, neste domínio foram realizadas as seguintes empreitadas: **criação de armazéns no piso -2** destinado às Entidades CNPD, CADA, **beneficiação de pinturas** em vários pisos, **instalação de iluminação** e **aquisição de mobiliário equipamentos de escritório**.

## 7.2 Projetos transitados para 2019

A identificação dos projetos com encargos transitados para 2019, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 16 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2019**

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	
07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios	237.550,72
EDIFÍCIOS	
07.01.03 - Edifícios	49.933,10
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	
07.01.15A- Equipamento audiovisual	2.351,76
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
07.01.07 A e B - Material de informática - hardware de comunicação e outro hardware	173.950,76
SOFTWARE INFORMÁTICO	
07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software	304.929,22
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
07.01.09 B -Outro equipamento administrativo	10.451,75
<b>Total</b>	<b>779.167,31</b>

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA) e "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado", "Comissão Técnica Independente – Incêndios", "Observatório Técnico Independente", "Comissão Independente para a Descentralização", e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro abaixo, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital), as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR. Em 2018 a AR procedeu excecionalmente a um reforço do orçamento da CNPD, no valor de 432.000€ (com contrapartida na dotação provisional), para esta entidade fazer face aos encargos com pessoal, em consequência de, em face da nova legislação de proteção de dados, ter ficado impedida da cobrança de receitas próprias.



**Quadro 17 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2017	OAR2018	Var%
	corrigido	corrigido	3=2/1
	1	2	
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.823.240,00	1.823.240,00	0,0%
Comissão Nacional de Eleições	1.657.980,00	1.808.280,00	9,1%
Provedoria de Justiça	5.269.880,00	5.269.880,00	0,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	785.468,00	1.217.468,00	55,0%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	782.400,00	810.500,00	3,6%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	282.607,00	282.192,00	-0,1%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	195.819,34	203.586,00	4,0%
Conselho dos Julgados de Paz	257.415,00	295.661,12	14,9%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	245.569,72	235.771,00	-4,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	182.759,25	179.907,28	-1,6%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	117.785,00	121.094,35	2,8%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	238.146,52	210.929,00	-11,4%
Comissão Técnica Independente - Incêndios	190.893,69	154.051,93	-19,3%
Observatório Técnico Independente	0,00	153.486,18	na
Comissão Independente para a Descentralização	0,00	159.324,00	na
Associação dos Ex-Deputados	24.250	24.250	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017	14.017	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>12.068.230,52</b>	<b>12.963.637,86</b>	<b>7,4%</b>

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 89,1% (Quadro 18), sendo que, no que respeita às Entidades que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2018 e à não requisição da totalidade das verbas, atendendo, por exemplo, ao nível de receitas próprias registado por algumas entidades.

No que respeita aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 100% (CTI - Incêndios) e 2,3% (OTI), como se infere do Quadro 18:

Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2018		
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	GR%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.823.240,00	1.681.648,00	92,2%
Comissão Nacional de Eleições	1.808.280,00	1.468.307,00	81,2%
Provedoria de Justiça	5.269.880,00	5.267.823,44	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.217.468,00	1.122.000,00	92,2%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	810.500,00	728.000,00	89,8%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	282.192,00	201.344,99	71,4%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	203.586,00	188.471,89	92,6%
Conselho dos Julgados de Paz	295.661,12	232.297,19	78,6%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	235.771,00	128.133,63	54,3%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	179.907,28	159.261,66	88,5%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	121.094,35	67.227,00	55,5%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	210.929,00	75.237,69	35,7%
Comissão Técnica Independente - Incêndios	154.051,93	154.016,69	100,0%
Observatório Técnico Independente	153.486,18	3.606,02	2,3%
Comissão Independente para a Descentralização	159.324,00	35.329,52	22,2%
Associação dos Ex-Deputados	24.250,00	24.250,00	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017,00	14.017,00	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>12.963.637,86</b>	<b>11.550.971,72</b>	<b>89,1%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, permanece a redução definitiva de 10% das subvenções aos partidos políticos, a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º, e de 20% da subvenção para as campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º, após entrada em vigor a Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro.

Nestes termos, foram inicialmente inscritos 14.276.153€ para pagamento das **subvenções aos partidos políticos (representados e não representados)**, tendo por referência a RMMG de 2008 (426€), mas face à atualização em 2018 do IAS (428,90€), que atingiu o valor da RMMG de 2008, houve que reforçar a dotação em 97.186€, o que resultou numa **dotação global de 14.373.339€**, com um grau de execução de 100%. Saliencia-se que, desde o ano de 2008, as subvenções não eram aumentadas, mas antes reduzidas nos termos da legislação aplicável.

Embora o calendário eleitoral não previsse eleições para o ano de 2018, foram ainda orçamentados os saldos transitados de **subvenções públicas para as campanhas eleitorais** 26.334.116,86€, distribuídos da seguinte forma:

- 19.551.461,03€ **de saldo** para as eleições **Autárquicas 2017** (8.010.002,55€ transitam ainda por executar para 2019, dado que o processo não se encontra encerrado); e

- 6.782.655,83€ **de saldo** para as eleições **Autárquicas 2013**, das quais 6.000.000€ foram devolvidos ao Estado, face ao Acórdão relativamente à reclamação do PS, (782.655,83€ transitam ainda para 2019, dado que o processo não se encontra encerrado, não tendo sido produzido o Acórdão do Tribunal Constitucional relativamente às contas desta campanha):

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2017	REQUISITADO EM 2018	EXECUÇÃO EM 2018	DEVOLVIDO DGT EM 2018	RNAPS COBRADAS EM 2018	SALDO 31/12/2018
AUTÁRQUICAS 2009	0,00	0,00	0,00	7.545,44	7.545,44	0,00
AUTÁRQUICAS 2013	6.782.655,83	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	782.655,83
AUTÁRQUICAS 2017	19.551.461,03	0,00	11.544.210,32	0,00	2.751,84	8.010.002,55
<b>TOTAL</b>	<b>26.334.116,86</b>	<b>0,00</b>	<b>11.544.210,32</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>10.297,28</b>	<b>8.792.658,38</b>

Em 2018 foram cobradas reposições não abatidas relativas a subvenções para as campanhas num total de 10.297,28€ (7.545,44€ dos quais no âmbito da subvenção para a campanha das eleições autárquicas de 2009, cujo saldo integral foi devolvido ao Estado ainda em 2018).

Os saldos em aberto a 31/12/2018 serão devolvidos quando o processo de eventual pagamento e/ou cobrança de reposições inerentes às Autárquicas 2013 estiver concluído (não existindo Acórdão está a ser analisada a informação prestada pelas forças políticas à ECFP, em sede de apresentação de contas, versus a prestada à AR) e quando forem efetuados os últimos pagamentos no âmbito das Autárquicas 2017.

## 9. Execução Financeira

### 9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 76,0%, face a uma execução financeira que foi de 74,4%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2018			GR% Orçamental	GR% Financeira
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>Corrente</b>	<b>80.381.017,37</b>	<b>62.846.773,92</b>	<b>61.388.267,94</b>	<b>78,2%</b>	<b>76,4%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>50.841.569,56</b>	<b>47.083.714,52</b>	<b>47.079.699,97</b>	<b>92,6%</b>	<b>92,6%</b>
Remun. certas e permanentes	37.928.992,72	35.521.433,85	35.517.419,30	93,7%	93,6%
Abonos v ariáv eis ou ev entuais	4.488.341,84	3.486.130,92	3.486.130,92	77,7%	77,7%
Segurança social	8.424.235,00	8.076.149,75	8.076.149,75	95,9%	95,9%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>18.647.847,61</b>	<b>14.592.740,75</b>	<b>13.144.351,02</b>	<b>78,3%</b>	<b>70,5%</b>
Aquisição de bens	2.063.548,68	1.378.866,40	1.194.807,47	66,8%	57,9%
Aquisição de serv iços	16.584.298,93	13.213.874,35	11.949.543,55	79,7%	72,1%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>4.500,00</b>	<b>3.974,08</b>	<b>3.937,18</b>	<b>88,3%</b>	<b>87,5%</b>
Juros e outros encargos	4.500,00	3.974,08	3.937,18	88,3%	87,5%
<b>Transferências correntes</b>	<b>44.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>38.267,00</b>	<b>86,4%</b>	<b>86,4%</b>
Entidades Priv adas ou Públicas	38.267,00	38.267,00	38.267,00	100,0%	100,0%
Exterior	6.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Subvenções</b>	<b>909.348,20</b>	<b>909.347,04</b>	<b>909.347,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Subv enção aos Grupos Parl.	909.348,20	909.347,04	909.347,04	100,0%	100,0%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>9.933.485,00</b>	<b>218.730,53</b>	<b>212.665,73</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,1%</b>
Dotação provisional	9.693.130,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Div ersas	240.355,00	218.730,53	212.665,73	91,0%	88,5%
<b>Capital</b>	<b>10.116.523,00</b>	<b>2.936.853,10</b>	<b>2.138.484,89</b>	<b>29,0%</b>	<b>21,1%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>5.351.505,97</b>	<b>2.923.507,60</b>	<b>2.134.480,01</b>	<b>54,6%</b>	<b>39,9%</b>
Inv estimentos	4.320.839,97	2.247.733,32	1.704.905,31	52,0%	39,5%
Bens do Domínio Público	1.030.666,00	675.774,28	429.574,70	65,6%	41,7%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>18.000,00</b>	<b>13.345,50</b>	<b>4.004,88</b>	<b>74,1%</b>	<b>22,2%</b>
Resto do Mundo	18.000,00	13.345,50	4.004,88	74,1%	22,2%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>4.747.017,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Dotação provisional	4.747.017,03	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total AR</b>	<b>90.497.540,37</b>	<b>65.783.627,02</b>	<b>63.526.752,83</b>	<b>72,7%</b>	<b>70,2%</b>
<b>Transf. Entidades Aut. E subvenções</b>	<b>51.929.313,14</b>	<b>42.394.216,03</b>	<b>42.394.216,03</b>	<b>81,6%</b>	<b>81,6%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>10.698.960,00</b>	<b>9.971.579,99</b>	<b>9.971.579,99</b>	<b>93,2%</b>	<b>93,2%</b>
Entidades Priv adas ou Públicas	432.000,00	432.000,00	432.000,00	100,0%	100,0%
Administração Central	10.266.960,00	9.539.579,99	9.539.579,99	92,9%	92,9%
<b>Subsidios/ Subvenções</b>	<b>34.710.207,70</b>	<b>25.917.547,16</b>	<b>25.917.547,16</b>	<b>74,7%</b>	<b>74,7%</b>
Instituiç s/ fins lucrativ os	34.710.207,70	25.917.547,16	25.917.547,16	74,7%	74,7%
<b>Transferências de capital</b>	<b>512.600,00</b>	<b>497.543,44</b>	<b>497.543,44</b>	<b>97,1%</b>	<b>97,1%</b>
Administração Central	512.600,00	497.543,44	497.543,44	97,1%	97,1%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Saldos - Dev olução Tesouro	6.007.545,44	6.007.545,44	6.007.545,44	100,0%	100,0%
<b>Total Global</b>	<b>142.426.853,51</b>	<b>108.177.843,05</b>	<b>105.920.968,86</b>	<b>76,0%</b>	<b>74,4%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 2.256.874,19€, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20, sendo que deu origem à transição de encargos, por processar, para 2019 no montante de 2.243.416,97€ (o diferencial de 13.457,22€, relativo a IVA intracomunitário e/ou autoliquidado, considerado no apuramento e entrega do IVA trimestral ao Estado.

**Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2019 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2018				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
					5=1-3
<b>Corrente</b>	<b>62.846.773,92</b>	<b>58,1%</b>	<b>61.388.267,94</b>	<b>58,0%</b>	<b>1.458.505,98</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>47.083.714,52</b>	<b>43,5%</b>	<b>47.079.699,97</b>	<b>44,4%</b>	<b>4.014,55</b>
Remun. certas e permanentes	35.521.433,85	32,8%	35.517.419,30	33,5%	4.014,55
Abonos variáveis ou eventuais	3.486.130,92	3,2%	3.486.130,92	3,3%	0,00
Segurança social	8.076.149,75	7,5%	8.076.149,75	7,6%	0,00
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14.592.740,75</b>	<b>13,5%</b>	<b>13.144.351,02</b>	<b>12,4%</b>	<b>1.448.389,73</b>
Aquisição de bens	1.378.866,40	1,3%	1.194.807,47	1,1%	184.058,93
Aquisição de serviços	13.213.874,35	12,2%	11.949.543,55	11,3%	1.264.330,80
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>3.974,08</b>	<b>0,0%</b>	<b>3.937,18</b>	<b>0,0%</b>	<b>36,90</b>
Juros e outros encargos	3.974,08	0,0%	3.937,18	0,0%	36,90
<b>Transferências correntes</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>38.267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	0,0%	38.267,00	0,0%	0,00
Exterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>909.347,04</b>	<b>0,8%</b>	<b>909.347,04</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,00</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	909.347,04	0,8%	909.347,04	0,9%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>218.730,53</b>	<b>0,2%</b>	<b>212.665,73</b>	<b>0,2%</b>	<b>6.064,80</b>
Dotação provisonal	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Diversas	218.730,53	0,2%	212.665,73	0,2%	6.064,80
<b>Capital</b>	<b>2.936.853,10</b>	<b>2,7%</b>	<b>2.138.484,89</b>	<b>2,0%</b>	<b>798.368,21</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>2.923.507,60</b>	<b>2,7%</b>	<b>2.134.480,01</b>	<b>2,0%</b>	<b>789.027,59</b>
Investimentos	2.247.733,32	2,1%	1.704.905,31	1,6%	542.828,01
Bens do Domínio Público	675.774,28	0,6%	429.574,70	0,4%	246.199,58
<b>Transferência de Capital</b>	<b>13.345,50</b>	<b>0,0%</b>	<b>4.004,88</b>	<b>0,0%</b>	<b>9.340,62</b>
Resto do Mundo	13.345,50	0,0%	4.004,88	0,0%	9.340,62
<b>Total AR</b>	<b>65.783.627,02</b>	<b>60,8%</b>	<b>63.526.752,83</b>	<b>60,0%</b>	<b>2.256.874,19</b>
<b>Transf. Entidades Aut. e Subvenções</b>	<b>42.394.216,03</b>	<b>39,2%</b>	<b>42.394.216,03</b>	<b>40,0%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>9.971.579,99</b>	<b>9,2%</b>	<b>9.971.579,99</b>	<b>9,4%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	9.539.579,99	8,8%	9.539.579,99	9,0%	0,00
<b>Subsídios</b>	<b>25.917.547,16</b>	<b>24,0%</b>	<b>25.917.547,16</b>	<b>24,5%</b>	<b>0,00</b>
Instituições/ fins lucrativos	25.917.547,16	24,0%	25.917.547,16	24,5%	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>497.543,44</b>	<b>0,5%</b>	<b>497.543,44</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	497.543,44	0,5%	497.543,44	0,5%	0,00
<b>Outras Despesas capital</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>5,6%</b>	<b>6.007.545,44</b>	<b>5,7%</b>	<b>0,00</b>
Diversas	6.007.545,44	5,6%	6.007.545,44	5,7%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>108.177.843,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>105.920.968,86</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.256.874,19</b>

O Quadro 20 evidencia, assim, os encargos transitados para 2019 por pagar (só transitam os encargos por processar, distintos dos “por pagar”), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,7%, semelhante à de anos anteriores, tendo transitado por pagar o montante de 1.458.505,98€.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 72,8%, face aos 79,3% de 2017 e 78,7% de 2016. Transitou para 2019 um valor de despesa, autorizada e não processada, de 798.368,21€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2019, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 9.2 Das Receitas

Importa salientar, na estrutura da receita, que as verbas cobradas pela Assembleia da República representam 0,5% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um decréscimo de 1,0% face ao valor cobrado em 2017 e, no seu conjunto, um grau de realização de 113,2 % face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

**Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2017	2018	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	18.643,38	24.158,75	29,6%
Outros bens	27.945,75	30.101,94	7,7%
Juros	8.358,33	6.205,00	-25,8%
Reposições não abatidas	54.644,01	67.667,44	23,8%
Vendas de senhas de refeição	269.456,18	238.783,75	-11,4%
Rendas	43.846,04	43.448,92	-0,9%
Venda de bens de investimento	2.056,31	3.295,62	60,3%
Receitas diversas - AR	8.164,83	15.019,45	84,0%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>433.114,83</b>	<b>428.680,87</b>	<b>-1,0%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>26.713.592,95</b>	<b>26.172.549,37</b>	<b>-2,0%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>63.907.707,00</b>	<b>63.039.897,00</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Total</b>	<b>91.054.414,78</b>	<b>89.641.127,24</b>	<b>-1,6%</b>

Como se retira do Quadro 21, das receitas próprias da AR as variações positivas, face ao ano anterior, verificam-se em "Reposições não abatidas" (23,8%), "Receitas Diversas" (84%), "Publicações, impressos e artigos diversos" (29,6%), "Outros Bens" (7,7%) e "Vendas de Bens de Investimento" (60,3%),

verificando-se decréscimos em “Vendas de senhas de refeição” (-11,4%), “Juros” (-25,8%), e “Rendas” (-0,9%).

O **financiamento com origem no OE representa 70,3% do total do OAR2018** e reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação negativa das transferências do OE em -1,4% em relação a 2017 (cfr. Quadro 21), ano em que o financiamento do OE apresentou um peso de 70,2% no total do OAR2017.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2018 constam do quadro abaixo:

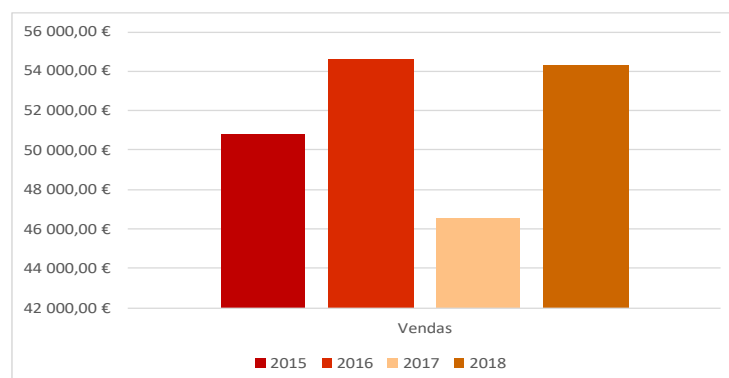
**Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2018**

Unidade: Euro

Natureza	Receita OAR2018		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	17.500,00	24.158,75	138,1%
Outros bens	22.040,00	30.101,94	136,6%
Juros	8.000,00	6.205,00	77,6%
Reposições não abatidas	10.000,00	67.667,44	676,7%
Vendas de senhas de refeição	270.000,00	238.783,75	88,4%
Rendas	46.500,00	43.448,92	93,4%
Venda de bens de Investimento	2.010,00	3.295,62	164,0%
Receitas diversas - AR	2.730,00	15.019,45	550,2%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>378.780,00</b>	<b>428.680,87</b>	<b>113,2%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>26.172.549,37</b>	<b>26.172.549,37</b>	<b>100,0%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>64.475.397,00</b>	<b>63.039.897,00</b>	<b>97,8%</b>
<b>Total</b>	<b>91.026.726,37</b>	<b>89.641.127,24</b>	<b>98,5%</b>

Da análise do Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2018 foi superior à orçamentada, apresentando um grau de execução orçamental de 113,2%. A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 13, registando-se um acréscimo de 16,5%, face a 2017 (em valores absolutos de 7.671,56€).

**Gráfico 13 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2015-2018**



## 10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2018

Importa, desde logo, referir que o ano económico de 2018, desde o seu arranque, a 1 de janeiro, consubstanciou uma mudança de paradigma na contabilidade da AR. O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (**SNC-AP**). Neste contexto, a Assembleia da República (AR), enquanto órgão de Soberania, no decorrer do ano económico de 2017 decidiu, adotar este novo normativo, a implementar durante o ano económico de 2018, substituindo o normativo em execução – POCAR, entretanto revogado pelo diploma acima referido.

No sentido de proceder à transição e implementação para o novo normativo, foi constituído através do Despacho n.º 038/SG/2017, de 05 de junho de 2017, um Grupo de Trabalho, para a implementação do SNC-AP, utilizando como instrumentos de apoio, o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de Enquadramento ao PCM), o Manual de Implementação ao SNC-AP, bem como outras disposições, emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e pela UNILEO.

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A prestação de contas, referente ao ano económico de 2018, é assim, apresentada de acordo com o novo normativo, SNC-AP e segundo as instruções preconizadas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, a qual veio introduzir a reformulação da plataforma eletrónica de prestação de contas, bem como organizar a documentação integrante para a prestação de contas em SNC-AP, de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o novo regime contabilístico.

Na NCP 1 encontra-se prevista divulgação de informação adicional dos resultados da entidade na forma de indicadores de desempenho. Adicionalmente, as orientações da RPG 3 - *Reporting Service Performance Information* do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) incidem sobre informações de desempenho a incluir no relatório de gestão da entidade, em complemento às suas demonstrações financeiras, cujo propósito é a apresentação de informações de desempenho e consolidação.

Neste sentido, é apresentado um conjunto de indicadores, de natureza económico-financeira e de natureza orçamental, a fim de se poder avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da AR. Pretende-se, através de um número conciso de indicadores obter uma visão global da situação económico-financeira da AR, no contexto específico da sua área de atuação.



**Indicadores de natureza económico-financeiros:**

Dimensão	Indicador
Liquidez	Liquidez Geral Liquidez Reduzida Liquidez Imediata
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN) Taxa de Margem Bruta (TMB) Rentabilidade do Património Líquido (RPL) Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA) Prazo Médio de Inventários (PMI) Prazo Médio de Recebimentos (PMR) Prazo Médio de Pagamentos (PMP) Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira Solvabilidade Grau de cobertura dos gastos financeiros Endividamento

**Indicadores de natureza orçamental:**

Indicadores Orçamentais
Grau de Execução Orçamental da receita
Grau de Execução Orçamental da despesa
Indicador de estrutura da receita efetiva
Indicador de estrutura da despesa efetiva
Saldo Corrente
Saldo de Capital
Saldo Primário
Saldo Global
Grau de realização das liquidações
Grau de execução das obrigações

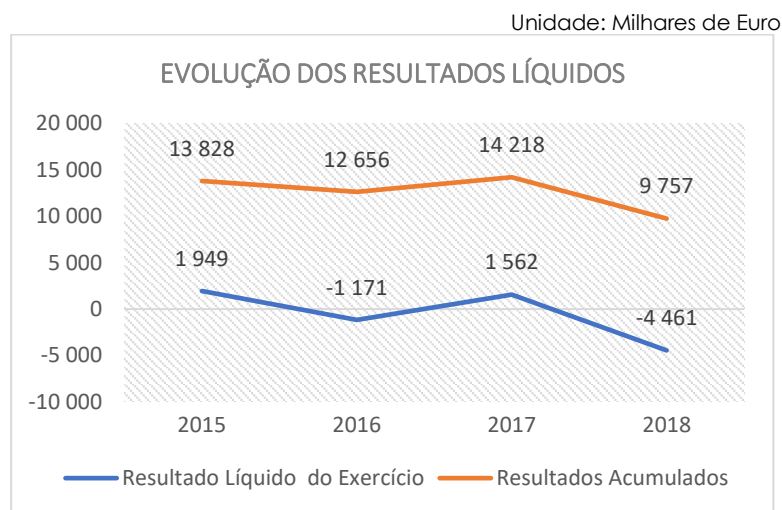
A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2018 reflete um **Resultado Líquido do exercício negativo (-4.461.116,60€)**, essencialmente explicado pelo facto de a contabilização de transferências de capital (**3.626.350,00€**), de acordo com o SNC-AP, ser registada em “outras variações do património líquido”, logo, sem qualquer influxo na Demonstração de Resultados. Por outro lado, durante o ano de 2018 foram ainda introduzidas as valorizações remuneratórias, decorrentes da aplicação do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, que tiveram impacto direto na rubrica de “Gastos com pessoal”.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira. A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 14, que a seguir se apresenta:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



### Rácios de Liquidez

Rácios de Liquidez	
Liquidez Geral	3,21
Liquidez Reduzida	3,07
Liquidez Imediata	0,95

#### Rácio de Liquidez Geral:

Representa a capacidade de a entidade cobrir os seus compromissos de curto prazo, tendo um valor superior a 1, neste caso 3, indica uma elevada capacidade honrar com os seus compromissos de curto prazo.

Apresenta uma situação financeira de curto prazo favorável. Ainda assim, é importante conjugar este rácio com os tempos médios de pagamento e de recebimento.

#### Rácio de Liquidez Reduzida

Tal como o rácio de Liquidez Geral, representa a capacidade da entidade em cobrir os seus compromissos de curto prazo, expurgando as mercadorias, sendo o seu rácio necessariamente menor que o de Liquidez Geral.

#### Rácio de Liquidez Imediata

É uma medida mais específica para avaliar a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações de curto prazo e constitui um teste mais rigoroso da sua liquidez.

Expressa a capacidade de pagar as dívidas correntes, na hipótese de as vendas cessarem de imediato. Representa uma análise de muito curto prazo, um rácio próximo de 1, indica uma elevada capacidade de cumprir as obrigações, se todas as responsabilidades se tornarem exigíveis de forma imediata.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Rácios de Rentabilidade

Rácios de Rentabilidade	
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00
Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,62
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	-0,07
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	-0,06

#### Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios

Apesar do rácio apresentar um valor positivo este resulta do contributo negativo do numerador e do denominador (RO/VN). Verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) é em grande medida explicado pelo EBIT (*Earnings before interest and taxes*), dado que o RLE é praticamente igual ao Resultado Operacional, não se verificando operações significativas de relevo financeiro após a aferição do EBIT. Justificando-se assim, a proximidade de valores entre este e o RLE.

O EBIT como indicador pretende demonstrar o Resultado Operacional da AR, ou seja, a relação entre rendimentos e ganhos operacionais e após depreciações e amortizações.

#### Taxa de Margem Bruta

O rácio apresenta um valor inferior a 1, significando que a entidade incorre em mais encargos do que proveitos.

#### Rentabilidade do Património Líquido

O RLE negativo justifica o sinal negativo do rácio, o valor residual do rácio é justificado pelo elevado valor do património líquido.

#### Resultado Operacional do Ativo

O EBIT negativo justifica o sinal negativo do resultado, já o valor residual do rácio é justificado pelo elevado valor do ativo.

NOTA: Os valores apresentados nos rácios de rentabilidade, apesar de negativos, justificam-se pelo seu papel na sociedade, a sua orientação para o bem e benefício público em detrimento do lucro. A criação de valor gerada pela AR não é capturada nos rácios de rentabilidade tradicionais.

### Rácio de Atividade

Rácios de Atividade	
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,38%
Prazo Médio de Inventários (PMI) – Livraria	4419 d
Prazo Médio de Inventários (PMI) – Economato	142 d
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	7,9 d

### **Grau de Rotação do Ativo**

Apresenta um valor residual de 0.38% indicando ser essa a contribuição do ativo para as vendas.

### **Prazo Médio de Inventários (PMI)**

Este rácio permite avaliar o prazo médio de permanência de inventários em armazém, traduzindo-se no período médio que cada artigo permanece em armazém antes da sua venda ou consumo.

### **Prazo Médio de Pagamentos (PMP)**

Através deste rácio podemos concluir que a AR demora, em média, aproximadamente 8 dias a cumprir com as suas obrigações perante os seus fornecedores.

### **Rácio de estrutura Financeira**

<b>Rácios de Estrutura Financeira</b>	
Autonomia Financeira	0,85
Solvabilidade	5,59
Grau de cobertura dos gastos financeiros	N/A
Endividamento	0,15

### **Autonomia Financeira**

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2018 foi de 0,85, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

### **Endividamento**

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por **Endividamento** (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2018, um valor de 0,15, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

### **Solvabilidade**

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma empresa em pagar os seus compromissos devendo o seu valor ser superior a 0,5. Neste caso 5,6, indica uma elevada robustez, sendo um forte indicador de robustez.

### **Grau de cobertura de gastos financeiros**

Uma vez que não existem encargos financeiros este rácio é inconclusivo.

## Endividamento

Indica a percentagem do passivo financiado pelo ativo, ou seja, indica a percentagem de ativos da empresa que responde pelos passivos.

Quadro resumo com os indicadores económico-financeiros para os dois anos:

### Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Ano 2017	Ano 2018	Var.
<b>Liquidez</b>				
	Liquidez Geral	1,89	3,21	1,33
	Liquidez Reduzida	1,83	3,07	1,24
	Liquidez Imediata	0,97	0,95	-0,02
<b>Rentabilidade</b>				
	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	1,00	1,00	0,00
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	0,61	0,62	0,02
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	0,02	-0,07	-0,09
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	0,02	-0,06	-0,08
<b>Atividade</b>				
	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,0032	0,0038	0,00
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	11,4	12,6	1,22
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	n.aplic.	n.aplic.	
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	4,7	7,9	3,19
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	n.aplic.	n.aplic.	
<b>Estrutura Financeira</b>				
	Autonomia Financeira	0,69	0,85	0,16
	Solvabilidade	2,25	5,59	3,34
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	n.aplic.	n.aplic.	
	Endividamento	0,31	0,15	-0,16

Considerando a forma de contabilização, das transferências de capital do OE para a AR, prevista pelo SNC-AP, diretamente no Balanço, não se verificaram alterações significativas com impacto na posição financeira da AR.

Por outro lado, podemos constatar que, ao nível do indicador de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida, a variação verificada se deveu precisamente ao montante transferido, para efeitos de subvenção estatal para financiamento das campanhas eleitorais – autárquicas de 2017, o qual foi contabilizado em “caixa e depósitos”, e em “credores por transferências e subsídios não reembolsáveis”. As subvenções devidas às forças políticas, de acordo com os resultados eleitorais nos termos da lei, tiveram os primeiros pagamentos ainda em 2017, no entanto, a maior parcela foi paga durante o ano económico de 2018.

### Indicadores Orçamentais

Apresenta-se de seguida os indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar e analisar as relações entre as várias componentes das demonstrações orçamentais:

**Despesa efetiva**

Corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

**Despesa primária**

Corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

**Despesa total**

Corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

**Receita efetiva**

Corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

**Receita total**

Corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

**Saldo corrente**

Corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

**Saldo de capital**

Corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

**Saldo global**

Corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

**Saldo primário**

Corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

**Indicadores Orçamentais**

Grau de Execução Orçamental da receita	0,99	Poderá apresentar valores superiores a 1 caso a receita cobrada líquida ultrapasse as previsões corrigidas,
Grau de Execução Orçamental da despesa	0,74	este rácio nunca poderá ser superior a 1, dado que a dotação constante do orçamento da despesa constitui o limite máximo a utilizar na realização desta.
Indicador de estrutura da receita efetiva	1,0	Corresponde ao peso de cada uma das componentes/naturezas da receita efetiva em relação à receita efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da receita efetiva.
Indicador de estrutura da despesa efetiva	1,0	Corresponde ao peso de cada uma das componentes/naturezas da despesa efetiva em relação à despesa efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da despesa efetiva.
Saldo Corrente	-13.703.317,25€	
Saldo de Capital	-4.503.464,75€	
Saldo Primário	-18.124.880,10€	

Saldo Global	-18.128.817,28€	
Grau de realização das liquidações	1,0	Este rácio compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas de determinada entidade.
Grau de execução das obrigações	0,9998	Este rácio compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas de determinada entidade.

Independentemente de se indicarem os saldos acima, cuja apresentação decorre do modelo de prestação de contas preconizado pela Norma Técnica n.º1/2017 e pela Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, salienta-se que o **Saldo de Gerência da AR a 31/12/2018** é de **34.377.848,95€**, dos quais 25.585.190,57€ são saldo da AR e 8.792.658,38€ saldo de subvenções para as campanhas eleitorais (ver Demonstração do Desempenho Orçamental para o exercício de 2018).



### **Nota Final**

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.





## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-Geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-Geral  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Apoio Parlamentar  
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio às Comissões  
Bruno Alexandre Dias Pinheiro

Divisão de Redação  
Cacilda Maria Pereira Martins Bastos Nordeste

Direção de Informação e Cultura  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Biblioteca  
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Divisão de Edições  
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Divisão Museológica e para a Cidadania  
Cristina Maria Realinho Ribeiro

Direção Administrativa e Financeira  
Maria João da Silva Costa

Divisão de Recursos Humanos e Formação  
Laura Teimão Lopes Costa

Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira

Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação  
Dalila Xavier Dias Maulide

Divisão de Relações Públicas e Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes



Direção de Tecnologias de Informação  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Divisão de Infraestruturas Tecnológicas  
Jorge Filipe Marques Félix

Divisão de Sistemas de Informação  
Nuno Filipe Ávila França

Gabinete de Controlo e Auditoria  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Comunicação  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral